

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
(Processo Administrativo nº 36765/2025)

A Prefeitura Municipal de BARREIRAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através do seu Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MAIOR DESCONTO**, critério de julgamento **NO PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é executada pelo regime de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS aquisição de materiais elétricos (insumos e equipamentos) em lote único, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos, visando o atendimento das necessidades de infraestrutura elétrica temporária para a realização do carnaval de 2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h10min do dia 20/02/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/> fornecedor ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu (s) anexo (s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades na gestão da obra, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio na presente concorrência.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>. 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do (a) licitante, ou de seu (ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo (a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Barreiras/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o (a) licitante às sanções previstas e no art. 49 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Barreiras/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o (a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do (a) licitante ou de seu (ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O (A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O (A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu (ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante (s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. A conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. Informar o preço unitário; porcentagem de desconto do (s) lote (s), para o (s) qual (is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. Evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MAIOR DESCONTO NO PREÇO GLOBAL**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.

6.11.1 A disputa será aberta com duração de 15 (quinze) minutos.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.11.3 Encerrado o prazo previsto no item 6.11.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

6.11.3.1. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 6.11.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagem.

6.13 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.14 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2.A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo (a) Pregoeiro (a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VII, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. O Licitante deverá apresentar a marca do produto cotado.

10.1.4. Conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.5. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.6. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.7. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.8. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.9 A licitante deverá apresentar em conjunto com a Proposta de Preços, as seguintes declarações:

- a) **DECLARAÇÃO** em papel timbrado do licitante, assinada pelo responsável legal da empresa que **nos preços propostos estão incluídas todas as parcelas relativas aos serviços**, mão-de-obra, encargos trabalhistas, frete, seguro, embalagem, taxas, impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pelo contratante para execução completa do instrumento contratual;
- b) **DECLARAÇÃO**, indicando **do(s) nome(s), cargo ou função, número(s) do CPF e da Identidade (indicar o órgão emissor) e endereço do(s) representante(s) da empresa que assinará (ão) o Instrumento Contratual**, na forma estabelecida no Contrato Social ou Estatuto da proponente;
- c) **DECLARAÇÃO** informando **número da Agência, número da Conta Corrente e Instituição Financeira (Banco)**, cuja titularidade seja da empresa licitante, onde deverão ser efetuados os pagamentos, caso venha a ser Vencedora da Licitação;
- d) **DECLARAÇÃO** informando **endereço eletrônico (e-mail) para fim exclusivo de comunicação entre as partes**, dispensando-se comunicação mediante correspondência física, se responsabilizando pela manutenção e funcionamento do endereço eletrônico fornecido;
- e) **DECLARAÇÃO** formal e expressa do Licitante devidamente assinada por um de seus responsáveis, **informando que entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Barreiras.**

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de

sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

11.2.1. Contiver vícios insanáveis;

11.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.3.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

12.1.1 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

12.1.2. Fica expressamente vedada a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como a adesão por órgãos e entidades da Administração Pública federal a atas de registro de preços gerenciadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios, em conformidade com o disposto no § 8º do referido artigo.

12.1.3. A vedação fundamenta-se na natureza específica do objeto, destinado exclusivamente à infraestrutura elétrica temporária necessária à realização do Carnaval da Cidade de Barreiras/BA, evento de características próprias, com planejamento, cronograma e quantitativos diretamente vinculados às necessidades locais.

12.1.4. A eventual adesão por órgãos ou entidades não participantes não se mostraria vantajosa para a Administração, podendo comprometer o atendimento integral das demandas do evento, o equilíbrio do planejamento da contratação e a segurança da execução, razão pela qual a vedação constitui medida de interesse público, alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, segurança e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.1.5 O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

12.2. A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

12.3 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

12.4 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo IX).

12.5 As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

12.6 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

12.7 Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

12.8 Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

12.9. Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/menor desconto obtido no certame for igual ao registrado.

12.10. Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do ANEXO IX.

13.1.1. A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13.2 Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

13.3 As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso], a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Barreiras e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Barreiras o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

14.4. Os licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judicia” e “ad negocia”.

15. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

15.2 Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

15.2.1 Observado o disposto no item 15.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores de serviço, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

15.2.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

15.2.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

15.3 A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

15.4 O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

15.4.1 Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

15.4.2 Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

15.4.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4.3.1 Na hipótese prevista no subitem 15.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

15.5 Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de prestação de serviços, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação.

15.6 O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

16.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema.**

16.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

16.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

16.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. Deste edital.

16.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

16.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.7.1.1 Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.7.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

16.7.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.7.1.6. Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.7.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

16.7.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

16.7.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

16.7.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

16.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

16.7.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.7.3.1 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis, na forma da lei, comprovando a boa situação financeira da licitante, podendo ser atualizado por índices oficiais na hipótese de encerrados a mais de 3 (três) meses da data de sua apresentação, vedada a substituição por Balancetes e Balanços provisórios.

a) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento extraídos do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial, juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.2 O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

a) O Balanço Patrimonial disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD deverá ainda acompanhar os seguintes documentos:

1. Balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
2. Termo de abertura e de encerramento;
3. Demonstração do resultado e exercício;
4. Certidão de Regularidade Profissional – CRP do Contador, devidamente válida no ato da publicação do balanço ou atualizada.

16.7.3.3 No caso de empresa recém-constituída (há menos de 01 (um) deverá apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado na Junta Comercial.

16.7.3.4 No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, deverá apresentar Balanço patrimonial e demonstrações contábeis devidamente registrado na Junta Comercial apenas do último exercício.

16.7.3.5 A comprovação da boa situação Econômico-Financeira da empresa será avaliada pelos seguintes índices, apurados com base no balanço apresentado, os quais deverão vir com os respectivos valores inseridos nas fórmulas abaixo:

Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,50$

Índice de Endividamento Geral $\leq 0,50$

16.7.3.5.1 O demonstrativo dos cálculos para obtenção dos índices acima será realizado em conformidade com as fórmulas a seguir:

a) Índice de Liquidez Corrente

$ILC = \frac{AC}{PC}$

b) Índice de Endividamento Geral

$EG = \frac{PC + ELP}{AT}$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

16.7.3.6 As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos.

16.7.3.7. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou lote pertinente, comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial.

16.7.3.8 Apresentar **Certidão negativa de concordata e falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, devidamente válida à data da sessão.

16.7.3.9 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

a) Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação de documento**” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

16.7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.7.4.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de materiais similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de, de no mínimo 01 (uma), certidão (oes) ou atestado (s) emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com quantidade e prazo com o objeto a ser licitado.

16.7.4.1.1 – Para comprovação da aptidão para fornecimento e da compatibilidade em características, quantidade e prazo com o objeto licitado, será permitido o uso e a soma de atestados.

16.7.4.2. Não serão aceitos atestados ou declarações emitidas pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

16.7.4.3. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantitativo e prazos com o objeto de que se trata o processo licitatório.

16.7.4.4. O licitante deverá apresentar cópia do contrato que deu suporte à contratação, ou notas fiscais, ou documento comprobatório da execução do fornecimento do atestado apresentado.

17. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

17.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

17.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

17.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

17.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

- 17.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;
- 17.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;
- 17.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
- 17.4.4. A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;
- 17.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 17.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;
- 17.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

17.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

17.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

18. DOS RECURSOS

18.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

18.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

18.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

18.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

18.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(à) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

18.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

18.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

18.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

18.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

18.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail licitacaobarreiras@gmail.com, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

18.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

18.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

18.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

19. DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

19.1 O prazo máximo de entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

19.2 **Justificativa do Prazo:** A redução do prazo de entrega para 5 (cinco) dias úteis justifica-se pela natureza crítica do objeto, destinado à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte (Carnaval 2026). A celeridade é indispensável para:

19.2.1.Segurança Pública: Garantir que a montagem das estruturas ocorra dentro do cronograma rigoroso, evitando instalações apressadas que possam gerar riscos de curtos-circuitos ou incêndios.

19.2.2.Pico de Demanda: Atender ao pico de carga exigido por palcos, iluminação e som, que a rede urbana convencional não suporta sem os materiais específicos.

19.2.3.Fiscalização e Alvarás: Viabilizar a vistoria tempestiva do Corpo de Bombeiros e do CREA, cujas autorizações dependem da conclusão da infraestrutura elétrica.

19.2.4.Natureza do Evento: O caráter efêmero e o cronograma fixo do Carnaval tornam o atraso na entrega um risco de dano irreparável ao interesse público e à continuidade do serviço.

19.3. Considerando que o objeto se destina à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte, os prazos de entrega possuem caráter essencial, sendo vedados atrasos que comprometam o cronograma de montagem e execução do evento.

19.3.1 A contratada deverá priorizar integralmente o atendimento das Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, assegurando a entrega dos materiais com antecedência suficiente à data de início do evento, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria requisitante.

19.3.2. O atraso injustificado na entrega dos materiais será considerado descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

19.4. Local de entrega: Município de Barreiras/BA, em local indicado pela Secretaria requisitante.

19.5. Recebimento Provisório: até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, para conferência quantitativa.

19.6. Recebimento Definitivo: até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica.

19.7. A aceitação dos materiais fornecidos ficará condicionada à verificação cumulativa dos seguintes critérios objetivos:

19.7.1. Conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos;

19.7.2. Apresentação dos certificados, laudos ou declarações de conformidade exigidos, quando aplicável;

19.7.3. Integridade física dos materiais, vedado o recebimento de itens danificados, violados, amassados, sem lacre ou com sinais de uso;

19.7.4. Compatibilidade entre os quantitativos entregues e os constantes na Ordem de Fornecimento;

19.7.5. Identificação adequada dos materiais, conforme exigido neste Termo de Referência.

19.8. O não atendimento a qualquer dos critérios acima implicará a rejeição total ou parcial dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

19.9. Todos os materiais fornecidos deverão atender integralmente às Normas Técnicas Brasileiras – NBR aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público), bem como possuir certificação do INMETRO, quando exigida, sob pena de rejeição no recebimento.

19.10. A contratada deverá apresentar, no ato do fornecimento ou quando solicitado pela fiscalização, certificados de conformidade, laudos técnicos, relatórios de ensaio ou declarações do fabricante que comprovem o atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos materiais fornecidos.

19.11. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de reutilização, recondicionamento ou remanufatura.

19.12. Os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

19.13. Os materiais deverão ser entregues devidamente identificados, contendo marca do fabricante, modelo, especificação técnica, lote e data de fabricação, acondicionados em embalagens originais, lacradas e íntegras.

19.14. A contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto, por meio de atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

19.15. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.

19.16. A contratada deverá possuir capacidade logística para realizar a entrega integral dos materiais no prazo estabelecido, arcando com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao transporte, seguros e demais encargos.

19.17. Materiais entregues em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou sem a certificação exigida deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

19.18. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes do fornecimento de materiais em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou que não atendam às normas de segurança aplicáveis.

19.19. Eventuais falhas, defeitos ou não conformidades nos materiais fornecidos que venham a comprometer a segurança da infraestrutura elétrica temporária do evento ou a integridade física de usuários, trabalhadores e do público em geral serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

19.20. A responsabilização prevista neste item independe da fiscalização exercida pela Administração e não exclui a aplicação das sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

20. DA VIGÊNCIA

20.1. Vigência da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo os materiais atender ao Carnaval 2026 e outras demandas de manutenção que surjam no período.

21. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante ateste do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

21.2 O prazo para pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do ateste, observada a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

21.4 Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária e, se cabível, compensação financeira, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

22. DAS OBRIGAÇÕES

22.1 Fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

22.2 Garantir que todos os materiais sejam novos, de primeiro uso, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

22.3 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades.

22.4 Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

22.5 Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação exigidas na licitação.

22.6 Atender prontamente às solicitações e notificações da Administração, adotando as medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido.

22.7 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento.

22.2 DA CONTRATANTE

22.2.1. Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato.

22.2.2 Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara e tempestiva.

22.2.3 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, comunicando à contratadas quaisquer irregularidades verificadas.

22.2.4 Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

23. DAS PENALIDADES

23.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

23.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

23.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24. DA GARANTIA

24.1.Garantia Contratual: Justifica-se a dispensa da exigência de garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021), considerando o baixo risco da contratação de bens comuns com entrega imediata, sendo as sanções editalícias suficientes para garantir a execução.

25. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

25.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

25.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

25.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

25.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

26. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

26.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

26.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

26.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

26.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

26.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

26.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

26.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

26.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

26.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

26.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

27. DO REAJUSTE

27.1 Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão de seu prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

28. DA FISCALIZAÇÃO

28.1 A gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidor formalmente designado como Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe o acompanhamento geral da execução, o controle de prazos, saldos, vigência e demais aspectos administrativos.

28.2 A fiscalização técnica e administrativa será exercida por Fiscal do Contrato, igualmente designado por ato formal, a quem caberá verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

28.3 O Fiscal do Contrato poderá ser auxiliado por equipe de apoio ou por responsável técnico, quando a complexidade do objeto assim exigir.

28.4 O Gestor e o Fiscal do Contrato registrarão todas as ocorrências relevantes em relatório próprio, inclusive eventuais inconformidades, notificações à contratada e medidas corretivas adotadas.

28.5 A atuação da gestão e fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

28.6 Ficam designados para a gestão e fiscalização da ata/contrato os seguintes servidores, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD):

| Indicação do gestor da contratação | |
|--|---|
| GESTOR: TIAGO DE CARVALHO XAVIER Matricula: 67.400 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

| Indicação do responsável pela fiscalização (Técnica e/ou administrativa) | |
|--|---|
| FISCAL: VANILSON COSTA DOURADO NETO Matricula: 68.749 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

29.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

29.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

30. FORO

30.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1 Fazem parte integrante deste Edital:

| | |
|------------|--|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA |
| ANEXO II | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR |
| ANEXO III | DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA |
| ANEXO IV | DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO |
| ANEXO V | DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO |
| ANEXO VI | MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO |
| ANEXO VII | MINUTA DA ATA |
| ANEXO VIII | MINUTA CONTRATUAL |

31.2 – Este Edital contém 95 (noventa e cinco) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Barreiras/BA, 04 de fevereiro de 2026.

Bruno José de Castro

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 36.765/2025;

PREGÃO ELETRÔNICO TIPO: Maior desconto no preço global.

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Sistema de Registro de Preços - (ARP);

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (INSUMOS E EQUIPAMENTOS) EM LOTE ÚNICO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, VISANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA TEMPORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE 2026.

1. FUNDAMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar – ETP, devidamente aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e a compatibilidade com o interesse público.

1.2. A contratação observa os princípios do planejamento, eficiência, segurança, economicidade e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

1.3. Enquadramento como Bem Comum: Declara-se expressamente que o objeto desta contratação se enquadra na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

1.4. Vedação a Bens de Luxo: Declara-se, para os fins do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que os materiais a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, sendo itens de especificações estritamente necessárias ao interesse público.

1.5. Descrição da Solução: A solução compreende o fornecimento de materiais elétricos para montagem de rede temporária. O ciclo de vida abrange a aquisição, uso intensivo no evento e posterior armazenamento dos itens duráveis para reaproveitamento pela Secretaria, garantindo economicidade.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Carnaval é evento de grande porte e elevada concentração de público, exigindo infraestrutura elétrica temporária segura, estável e compatível com as normas técnicas vigentes.

2.2 A rede elétrica urbana existente não suporta o pico de demanda gerado por palcos, iluminação pública especial, sistemas de som, camarotes e estruturas auxiliares, sendo imprescindível o uso de materiais elétricos específicos, certificados e dimensionados adequadamente.

2.3 A ausência ou inadequação desses materiais pode ocasionar riscos graves à segurança pública, como curtos-circuitos, incêndios, choques elétricos e interrupções no fornecimento de energia, comprometendo a integridade física de usuários e trabalhadores.

2.4 A contratação garante, ainda, o atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros Militar, do CREA e demais órgãos fiscalizadores, sendo condição indispensável para emissão de alvarás e autorizações de funcionamento.

2.5. Alinhamento ao PCA: Atesta-se que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município, estando alinhada ao planejamento estratégico da Administração.

3. JUSTIFICATIVA PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, pela natureza eventual e a impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser utilizado no Carnaval de 2026. Embora o planejamento preveja os itens necessários, a execução de infraestrutura temporária para eventos de grande porte está sujeita a variações de layout, exigências supervenientes de órgãos de fiscalização (Corpo de Bombeiros/CREA) e ajustes técnicos de última hora.

3.2 O SRP é a solução mais adequada pois permite o fornecimento parcelado, assegurando que a Administração realize a despesa apenas conforme a necessidade real de instalação, evitando o estoque desnecessário de materiais que poderiam sofrer avarias ou obsolescência após o evento.

3.3 **Da Dotação Orçamentária: A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sob o elemento de despesa 4.4.90.30.00 (Material de Consumo) e/ou 4.4.90.52.00 (Equipamentos e Material Permanente), conforme a natureza de cada item.**

3.4 Este modelo proporciona **maior eficiência administrativa e economia**, uma vez que a Ata de Registro de Preços funciona como um cadastro de fornecedores e preços, não obrigando a Administração à contratação integral do valor estimado, mas garantindo a disponibilidade dos insumos para a segurança do evento.

3.5 Vigências: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo os materiais atender ao Carnaval 2026 e outras demandas de manutenção que surjam no período.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

4.1 Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.2 Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente:

- NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 13570 – Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público;
- Normas de certificação do INMETRO.

4.3 Orientações e jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU e do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, quanto ao planejamento, definição do objeto, estimativa de preços e gestão contratual.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS

5.1 As especificações técnicas e quantidades encontram-se detalhadas na planilha orçamentária sintética anexa, parte integrante deste Termo de Referência.

5.2 Todos os materiais devem ser novos, de primeiro uso, e atender rigorosamente às Normas Técnicas Brasileiras (NBR) aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público).

5.3. Resumo dos materiais:

Memória de Cálculo

| Item | Descrição | Und | Quant. |
|----------|--|-----|-----------|
| 1 | MATERIAIS | | |
| 1.1 | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm ² | m | 250,0 |
| 1.2 | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm ² | m | 400,0 |
| 1.3 | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm ² | m | 2.000,0 |
| 1.4 | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm ² | m | 300,0 |
| 1.5 | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm ² | m | 300,0 |
| 1.6 | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | KG | 10,0 |
| 1.7 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 4.200,0 |
| 1.8 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 1.500,0 |
| 1.9 | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm ² , 1kv / 90º C | m | 30,0 |
| 1.10 | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm2, 450/750v | m | 2.000,0 |
| 1.11 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v | m | 750,0 |
| 1.12 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4.0 mm2, 450/750v | m | 350,0 |
| 1.13 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v | m | 200,0 |
| 1.14 | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | UN | 550,0 |
| 1.15 | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | un | 150,0 |
| 1.16 | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | un | 150,0 |
| 1.17 | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UN | 200,0 |
| 1.18 | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | un | 50,0 |
| 1.19 | ARMACAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | UN | 180,0 |
| 1.20 | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO | UN | 180,0 |
| 1.21 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UN | 100.000,0 |
| 1.22 | Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | un | 5.000,0 |

| | | | |
|------|---|----|---------|
| 1.23 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UN | 5.000,0 |
| 1.24 | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | un | 300,0 |
| 1.25 | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | un | 614,0 |
| 1.26 | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | un | 90,0 |
| 1.27 | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | un | 500,0 |
| 1.28 | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 dúplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Luméns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | un | 100,0 |
| 1.29 | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 40,0 |
| 1.30 | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | M | 200,0 |
| 1.31 | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | M | 2.000,0 |
| 1.32 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | UN | 100,0 |
| 1.33 | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | UN | 300,0 |
| 1.34 | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | kg | 50,0 |
| 1.35 | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | UN | 200,0 |
| 1.36 | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UN | 200,0 |
| 1.37 | ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 35 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS | UN | 10,0 |
| 1.38 | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | un | 5,0 |
| 1.39 | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | un | 25,0 |
| 1.40 | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | un | 30,0 |
| 1.41 | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | un | 10,0 |
| 1.42 | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | un | 15,0 |
| 1.43 | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | UN | 180,0 |
| 1.44 | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | UN | 50,0 |

| | | | |
|------|--|----|------|
| 1.45 | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | un | 5,0 |
| 1.46 | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | un | 5,0 |
| 1.47 | Medidor PM 3255 para subestação | un | 4,0 |
| 1.48 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | UN | 30,0 |

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1 A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo como base exclusiva tabelas oficiais de custos, notadamente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, utilizadas como referência para formação dos valores estimados dos itens constantes da planilha orçamentária sintética anexa.

6.2 A utilização das tabelas SINAPI justifica-se por se tratar de base oficial amplamente aceita pelos Tribunais de Contas, conferindo maior confiabilidade, transparência e padronização à formação do preço estimado.

6.3 O **valor estimado total da contratação** é de **R\$ 361.090,82 (trezentos e sessenta e um mil, noventa reais e oitenta e dois centavos)**, conforme detalhamento constante da **Planilha Orçamentária Sintética – Anexo I**, que integra o presente Termo de Referência para todos os fins legais.

7. RESUMO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

7.1 A planilha orçamentária sintética foi elaborada com base exclusiva nas tabelas oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, considerando os quantitativos estimados e as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 O critério de julgamento será o de **maior desconto no preço global**, abrangendo a totalidade dos itens previstos na planilha orçamentária, visando garantir a padronização técnica e a integridade logística da infraestrutura para o evento. Conforme detalhamento constante no Anexo I – Planilha Orçamentária Sintética, parte integrante deste Termo de Referência para todos os fins legais.

8. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 Principais riscos identificados:

- Atraso na entrega dos materiais;
- Fornecimento em desconformidade técnica;
- Falhas de certificação e qualidade.

8.2 Medidas mitigadoras:

- Definição clara de prazos e penalidades;
- Exigência de certificações técnicas;
- Recebimento provisório e definitivo com critérios objetivos.

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIDADE

9.1. Comprovação de capacidade técnica por meio de atestado compatível.

9.2. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.

9.3 Certificação INMETRO, quando aplicável.

9.4. Garantia Contratual: Justifica-se a dispensa da exigência de garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021), considerando o baixo risco da contratação de bens comuns com entrega imediata, sendo as sanções editalícias suficientes para garantir a execução.

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 O prazo máximo de entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

10.2 **Justificativa do Prazo:** A redução do prazo de entrega para 5 (cinco) dias úteis justifica-se pela natureza crítica do objeto, destinado à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte (Carnaval 2026). A celeridade é indispensável para:

- **Segurança Pública:** Garantir que a montagem das estruturas ocorra dentro do cronograma rigoroso, evitando instalações apressadas que possam gerar riscos de curtos-circuitos ou incêndios.
- **Pico de Demanda:** Atender ao pico de carga exigido por palcos, iluminação e som, que a rede urbana convencional não suporta sem os materiais específicos.
- **Fiscalização e Alvarás:** Viabilizar a vistoria tempestiva do Corpo de Bombeiros e do CREA, cujas autorizações dependem da conclusão da infraestrutura elétrica.
- **Natureza do Evento:** O caráter efêmero e o cronograma fixo do Carnaval tornam o atraso na entrega um risco de dano irreparável ao interesse público e à continuidade do serviço.

10.3 Considerando que o objeto se destina à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte, os prazos de entrega possuem caráter essencial, sendo vedados atrasos que comprometam o cronograma de montagem e execução do evento.

10.3.1 A contratada deverá priorizar integralmente o atendimento das Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, assegurando a entrega dos materiais com antecedência suficiente à data de início do evento, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria requisitante.

10.3.2 O atraso injustificado na entrega dos materiais será considerado descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

10.4. Local de entrega: Município de Barreiras/BA, em local indicado pela Secretaria requisitante.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Recebimento Provisório: até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, para conferência quantitativa.

11.2 Recebimento Definitivo: até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica.

11.3 A aceitação dos materiais fornecidos ficará condicionada à verificação cumulativa dos seguintes critérios objetivos:

- I. Conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos;
- II. Apresentação dos certificados, laudos ou declarações de conformidade exigidos, quando aplicável;

- III. Integridade física dos materiais, vedado o recebimento de itens danificados, violados, amassados, sem lacre ou com sinais de uso;
- IV. Compatibilidade entre os quantitativos entregues e os constantes na Ordem de Fornecimento;
- V. Identificação adequada dos materiais, conforme exigido neste Termo de Referência.

11.4 O não atendimento a qualquer dos critérios acima implicará a rejeição total ou parcial dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

12. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidor formalmente designado como Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe o acompanhamento geral da execução, o controle de prazos, saldos, vigência e demais aspectos administrativos.

12.2 A fiscalização técnica e administrativa será exercida por Fiscal do Contrato, igualmente designado por ato formal, a quem caberá verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.3 O Fiscal do Contrato poderá ser auxiliado por equipe de apoio ou por responsável técnico, quando a complexidade do objeto assim exigir.

12.4 O Gestor e o Fiscal do Contrato registrarão todas as ocorrências relevantes em relatório próprio, inclusive eventuais inconformidades, notificações à contratada e medidas corretivas adotadas.

12.5 A atuação da gestão e fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

12.6 Ficam designados para a gestão e fiscalização da ata/contrato os seguintes servidores, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD):

| Indicação do gestor da contratação | |
|--|---|
| GESTOR: TIAGO DE CARVALHO XAVIER Matricula: 67.400 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

| Indicação do responsável pela fiscalização (Técnica e/ou administrativa) | |
|--|---|
| FISCAL: VANILSON COSTA DOURADO NETO Matricula: 68.749 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

13. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS E DE QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

13.1 Todos os materiais fornecidos deverão atender integralmente às Normas Técnicas Brasileiras – NBR aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público), bem como possuir certificação do INMETRO, quando exigida, sob pena de rejeição no recebimento.

13.2 A contratada deverá apresentar, no ato do fornecimento ou quando solicitado pela fiscalização, certificados de conformidade, laudos técnicos, relatórios de ensaio ou declarações do fabricante que comprovem o atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos materiais fornecidos.

13.3 Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de reutilização, recondicionamento ou remanufatura.

13.4 Os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

13.5 Os materiais deverão ser entregues devidamente identificados, contendo marca do fabricante, modelo, especificação técnica, lote e data de fabricação, acondicionados em embalagens originais, lacradas e íntegras.

13.6 A contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto, por meio de atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.7 A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.

13.8 A contratada deverá possuir capacidade logística para realizar a entrega integral dos materiais no prazo estabelecido, arcando com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao transporte, seguros e demais encargos.

13.9 Materiais entregues em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou sem a certificação exigida deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.10 A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes do fornecimento de materiais em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou que não atendam às normas de segurança aplicáveis.

13.10.1 Eventuais falhas, defeitos ou não conformidades nos materiais fornecidos que venham a comprometer a segurança da infraestrutura elétrica temporária do evento ou a integridade física de usuários, trabalhadores e do público em geral serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

13.10.2 A responsabilização prevista neste item independe da fiscalização exercida pela Administração e não exclui a aplicação das sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

14.2 Garantir que todos os materiais sejam novos, de primeiro uso, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

14.3 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades.

14.4 Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

14.5 Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação exigidas na licitação.

14.6 Atender prontamente às solicitações e notificações da Administração, adotando as medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido.

14.7 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato.
- 15.2 Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara e tempestiva.
- 15.3 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, comunicando à contratadas quaisquer irregularidades verificadas.
- 15.4 Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

16. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante ateste do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2 O prazo para pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do ateste, observada a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3 O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.4 Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária e, se cabível, compensação financeira, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

17. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS E EXEQUIBILIDADE

- 17.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os custos estimados pela Administração, nos termos dos arts. 59 e 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurado à licitante o direito de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

18. SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

- 18.1 A presente contratação e a Ata de Registro de Preços dela decorrente regem-se integralmente pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como pelas demais normas vigentes aplicáveis à matéria.
- 18.2 O procedimento licitatório observará os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a saber: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.
- 18.3 Por tratar-se de Sistema de Registro de Preços, a fundamentação específica para este regime de contratação encontra-se no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que permite a seleção de propostas para contratações futuras e eventuais, sem obrigatoriedade de aquisição imediata e total do objeto.
- 18.4 Os casos omissos neste Termo de Referência serão decididos pela Administração Municipal, com base nos preceitos de direito público e nos princípios gerais de direito.

19. GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

19.1 A execução da contratação observará os princípios da governança pública, integridade, gestão de riscos e segregação de funções, nos termos dos arts. 11, 169 e 170 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a concentração de atribuições incompatíveis no mesmo agente público.

20. ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E LIMITES DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1 Os quantitativos registrados constituem mera estimativa, não implicando obrigação de contratação integral por parte da Administração, conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

20.2 É vedada a extrapolação dos limites legais de adesão e contratação decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

21. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente solicitado e devidamente comprovado, fundamentado na ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

22. DA VEDAÇÃO À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

22.1 Fica expressamente vedada a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento por órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como a adesão por órgãos e entidades da Administração Pública federal a atas de registro de preços gerenciadas por Estados, Distrito Federal ou Municípios, em conformidade com o disposto no § 8º do referido artigo.

22.2 A vedação fundamenta-se na natureza específica do objeto, destinado exclusivamente à infraestrutura elétrica temporária necessária à realização do Carnaval da Cidade de Barreiras/BA, evento de características próprias, com planejamento, cronograma e quantitativos diretamente vinculados às necessidades locais.

22.3 A eventual adesão por órgãos ou entidades não participantes não se mostraria vantajosa para a Administração, podendo comprometer o atendimento integral das demandas do evento, o equilíbrio do planejamento da contratação e a segurança da execução, razão pela qual a vedação constitui medida de interesse público, alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, segurança e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

23. REAJUSTE DE PREÇOS

23.1 Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão de seu prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

24. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

24.1 Todos os atos essenciais do procedimento licitatório, da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em observância ao art. 174 da Lei nº 14.133/2021, garantindo-se transparência e controle social.

25. VEDAÇÃO A PRÁTICAS ANTICOMPETITIVAS

25.1 É vedada a adoção de especificações técnicas restritivas, direcionamento de marcas, cláusulas que limitem a competitividade ou qualquer prática que comprometa o caráter competitivo do certame, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

26. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E DE SEGURANÇA

26.1 A contratada é integralmente responsável pelo cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho relativa aos seus empregados, nos termos dos arts. 116 e 121 da Lei nº 14.133/2021.

27. CLÁUSULA DE CONFORMIDADE LEGAL E JURISPRUDENCIAL

27.1 O presente Termo de Referência deverá ser interpretado e executado em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com as orientações e entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Municípios, ainda que não expressamente mencionados neste instrumento.

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1 Aplicam-se à contratada as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.2 O descumprimento total ou parcial das I assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, aplicadas da seguinte forma:

- **I – Multa Moratória:** Em caso de atraso injustificado na entrega dos materiais, será aplicada multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor do item inadimplente, limitada a 10% (dez por cento). Após o 20º dia de atraso, a Administração poderá considerar a inexecução total ou parcial.
- **II – Multa Compensatória por Inexecução Parcial:** No caso de entrega parcial ou em desacordo com as especificações, multa de **10% a 15%** sobre a parcela não executada.
- **III – Multa Compensatória por Inexecução Total:** No caso de desistência da entrega ou rescisão por culpa da contratada, multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total da Ata/Empenho.
- **IV – Multa por Desconformidade Técnica:** Pelo fornecimento de materiais sem selo INMETRO ou em desacordo com as normas **NBR 5410/13570**, multa de **1% a 5%** do valor do contrato por ocorrência, sem prejuízo da substituição imediata do material.

29. DOS ANEXOS

29.1 Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais, os seguintes anexos:

- Anexo I – Planilha Orçamentária Sintética;
- Anexo II – Memória de Cálculo;
- Anexo III – Cronograma Físico- Financeiro;
- Anexo IV – Mapa de Riscos da Contratação;
- Anexo V – Mapa de Gerenciamento de Riscos;

29.2 Os anexos mencionados neste item complementam e integram o presente Termo de Referência, prevalecendo, em caso de divergência, as disposições constantes deste instrumento.

Barreiras/BA, 30 de janeiro de 2026.

TIAGO DE CARVALHO XAVIER
ENGENHEIRO CIVIL – ASSESSOR DE GABINETE

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA
MATRICULA: 67.400

BRUNO JOSÉ CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTE
Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA



Obra
MATERIAS CARNAVAL

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
SBC - 11/2025 - Bahia
SICRO3 - 07/2025 - Bahia
ORSE - 08/2025 - Sergipe
EMBASA - 06/2025 - Bahia

B.D.I.
15,5%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Orçamento Sintético

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|------|----------|--------|--|-----|--------|------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | 100,00 % |
| 1.1 | 4617 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm² | m | 250 | 83,60 | 96,55 | 24.137,50 | 6,68 % |
| 1.2 | 4619 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm² | m | 400 | 53,50 | 61,79 | 24.716,00 | 6,84 % |
| 1.3 | 4618 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm² | m | 2000 | 27,20 | 31,41 | 62.820,00 | 17,40 % |
| 1.4 | 4622 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm² | m | 300 | 16,70 | 19,28 | 5.784,00 | 1,60 % |
| 1.5 | 4620 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm² | m | 300 | 12,30 | 14,20 | 4.260,00 | 1,18 % |
| 1.6 | 00003313 | SINAPI | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | KG | 10 | 33,75 | 38,98 | 389,80 | 0,11 % |
| 1.7 | 00001014 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 4200 | 2,39 | 2,76 | 11.592,00 | 3,21 % |
| 1.8 | 00000981 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 1500 | 3,96 | 4,57 | 6.855,00 | 1,90 % |
| 1.9 | 9295 | ORSE | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm², 1kv / 90º C | m | 30 | 100,62 | 116,21 | 3.486,30 | 0,97 % |

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|----------|------------|-----------------|--|-----|--------|------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | 100,00 % |
| 1.10 | 3803 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm2, 450/750v | m | 2000 | 3,60 | 4,15 | 8.300,00 | 2,30 % |
| 1.11 | 3283 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v | m | 750 | 8,30 | 9,58 | 7.185,00 | 1,99 % |
| 1.12 | 3284 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4,0 mm2, 450/750v | m | 350 | 12,20 | 14,09 | 4.931,50 | 1,37 % |
| 1.13 | 3808 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v | m | 200 | 19,60 | 22,63 | 4.526,00 | 1,25 % |
| 1.14 | M109500666 | EMBASA | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | UN | 550 | 3,44 | 3,97 | 2.183,50 | 0,60 % |
| 1.15 | | 2637 ORSE | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | un | 150 | 10,50 | 12,12 | 1.818,00 | 0,50 % |
| 1.16 | 10618 | ORSE | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | un | 150 | 7,04 | 8,13 | 1.219,50 | 0,34 % |
| 1.17 | 00020111 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UN | 200 | 10,95 | 12,64 | 2.528,00 | 0,70 % |
| 1.18 | 2643 | ORSE | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | un | 50 | 12,60 | 14,55 | 727,50 | 0,20 % |
| 1.19 | M100250050 | EMBASA | ARMAÇAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | UN | 180 | 30,47 | 35,19 | 6.334,20 | 1,75 % |
| 1.20 | | 00003398 SINAPI | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO | UN | 180 | 5,12 | 5,91 | 1.063,80 | 0,29 % |
| 1.21 | 00000411 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UN | 100000 | 0,18 | 0,20 | 20.000,00 | 5,54 % |
| 1.22 | 12539 | ORSE | Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | un | 5000 | 0,45 | 0,51 | 2.550,00 | 0,71 % |
| 1.23 | 00000408 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UN | 5000 | 0,89 | 1,02 | 5.100,00 | 1,41 % |
| 1.24 | 8928 | ORSE | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | un | 300 | 6,45 | 7,44 | 2.232,00 | 0,62 % |
| 1.25 | 9099 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | un | 614 | 9,00 | 10,39 | 6.379,46 | 1,77 % |
| 1.26 | 9100 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | un | 90 | 11,00 | 12,70 | 1.143,00 | 0,32 % |
| 1.27 | 13285 | ORSE | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | un | 500 | 31,65 | 36,55 | 18.275,00 | 5,06 % |

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|----------|------------|--------|---|-----|--------|------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | 100,00 % |
| 1.28 | 14271 | ORSE | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 dúplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Luméns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | un | 100 | 199,52 | 230,44 | 23.044,00 | 6,38 % |
| 1.29 | 00000344 | SINAPI | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 40 | 32,86 | 37,95 | 1.518,00 | 0,42 % |
| 1.30 | 00002446 | SINAPI | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | M | 200 | 6,44 | 7,43 | 1.486,00 | 0,41 % |
| 1.31 | M101950510 | EMBASA | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | M | 2000 | 2,54 | 2,93 | 5.860,00 | 1,62 % |
| 1.32 | 00003379 | SINAPI | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | UN | 100 | 69,85 | 80,67 | 8.067,00 | 2,23 % |
| 1.33 | 00000426 | SINAPI | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | UN | 300 | 36,49 | 42,14 | 12.642,00 | 3,50 % |
| 1.34 | 393 | ORSE | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | kg | 50 | 61,15 | 70,62 | 3.531,00 | 0,98 % |
| 1.35 | 00039380 | SINAPI | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | UN | 200 | 18,58 | 21,45 | 4.290,00 | 1,19 % |
| 1.36 | 00002510 | SINAPI | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UN | 200 | 32,48 | 37,51 | 7.502,00 | 2,08 % |
| 1.37 | 101508 | SINAPI | ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 35 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS | UN | 10 | 2.523,16 | 2.914,24 | 29.142,40 | 8,07 % |
| 1.38 | 1858 | ORSE | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | un | 5 | 946,24 | 1.092,90 | 5.464,50 | 1,51 % |
| 1.39 | 2667 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | un | 25 | 25,00 | 28,87 | 721,75 | 0,20 % |
| 1.40 | 2668 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | un | 30 | 14,65 | 16,92 | 507,60 | 0,14 % |
| 1.41 | 2669 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | un | 10 | 8,50 | 9,81 | 98,10 | 0,03 % |
| 1.42 | 2670 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | un | 15 | 4,10 | 4,73 | 70,95 | 0,02 % |
| 1.43 | 00034653 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | UN | 180 | 8,44 | 9,74 | 1.753,20 | 0,49 % |

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|------|----------|--------|--|-----|--------|------------|--------------------|-------------------|-----------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | 100,00 % |
| 1.44 | 00034709 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | UN | 50 | 59,32 | 68,51 | 3.425,50 | 0,95 % |
| 1.45 | 9349 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | un | 5 | 550,00 | 635,25 | 3.176,25 | 0,88 % |
| 1.46 | 10064 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | un | 5 | 542,00 | 626,01 | 3.130,05 | 0,87 % |
| 1.47 | 13579 | ORSE | Medidor PM 3255 para subestação | un | 4 | 1.054,89 | 1.218,39 | 4.873,56 | 1,35 % |
| 1.48 | 00001580 | SINAPI | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | UN | 30 | 7,22 | 8,33 | 249,90 | 0,07 % |

| | |
|----------------------|-------------------|
| Total sem BDI | 313.465,36 |
| Total do BDI | 47.625,46 |
| Total Geral | 361.090,82 |

Obra
MATERIAS CARNAVAL

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
SBC - 11/2025 - Bahia
SICRO3 - 07/2025 - Bahia
ORSE - 08/2025 - Sergipe
EMBASA - 06/2025 - Bahia

B.D.I.
15,5%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Planilha Orçamentária Analítica

| | | | | | | | | |
|--------|--------|-------|---|----------|-----------------|----------------|------------------|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
| 1.1 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 4617 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm² | Material | m | 1,00000000 | 83,60 | 83,60 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 12,95 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 96,55 |
| | | | | | Quant. => | 250,00000000 | Preço Total => | 24.137,50 |
| 1.2 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 4619 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm² | Material | m | 1,00000000 | 53,50 | 53,50 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 8,29 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 61,79 |
| | | | | | Quant. => | 400,00000000 | Preço Total => | 24.716,00 |
| 1.3 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 4618 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm² | Material | m | 1,00000000 | 27,20 | 27,20 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 4,21 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 31,41 |
| | | | | | Quant. => | 2.000,00000000 | Preço Total => | 62.820,00 |

| | | | | | | | | |
|------------|---------------|--------------|--|-------------|---------------------|--------------------|--------------------------|-------------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
| 1.4 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 4622 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm² | Material | m | 1,0000000 | 16,70 | 16,70 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 2,58 | | 19,28 |
| | | | | | Quant. => | 300,0000000 | Preço Total => | 5.784,00 |

| | | | | | | | | |
|------------|---------------|--------------|--|-------------|---------------------|--------------------|--------------------------|-----------------|
| 1.5 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 4620 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm² | Material | m | 1,0000000 | 12,30 | 12,30 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,90 | | 14,20 |
| | | | | | Quant. => | 300,0000000 | Preço Total => | 4.260,00 |

| | | | | | | | | |
|------------|---------------|--------------|---|-------------|---------------------|-------------------|--------------------------|---------------|
| 1.6 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00003313 | SINAPI | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | Material | KG | 1,0000000 | 33,75 | 33,75 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 5,23 | | 38,98 |
| | | | | | Quant. => | 10,0000000 | Preço Total => | 389,80 |

| | | | | | | | | |
|------------|---------------|--------------|--|-------------|---------------------|----------------------|--------------------------|------------------|
| 1.7 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00001014 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | Material | M | 1,0000000 | 2,39 | 2,39 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,37 | | 2,76 |
| | | | | | Quant. => | 4.200,0000000 | Preço Total => | 11.592,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--|----------|-----------------|---------------|------------------|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
| 1.8 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00000981 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | Material | M | 1,00000000 | 3,96 | 3,96 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,61 | Valor com BDI => | 4,57 |
| | | | | | Quant. => | 1.500,0000000 | Preço Total => | 6.855,00 |
| 1.9 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 9295 | ORSE | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm², 1kv / 90° C | Material | m | 1,00000000 | 100,62 | 100,62 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 15,59 | Valor com BDI => | 116,21 |
| | | | | | Quant. => | 30,00000000 | Preço Total => | 3.486,30 |
| 1.10 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 3803 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm2, 450/750v | Material | m | 1,00000000 | 3,60 | 3,60 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,55 | Valor com BDI => | 4,15 |
| | | | | | Quant. => | 2.000,0000000 | Preço Total => | 8.300,00 |
| 1.11 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 3283 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v | Material | m | 1,00000000 | 8,30 | 8,30 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,28 | Valor com BDI => | 9,58 |
| | | | | | Quant. => | 750,0000000 | Preço Total => | 7.185,00 |

| | | | | | | | | | |
|--------|------------|--------|--|-----------------|-----------|-------------|----------------|------------------|-------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | |
| 1.12 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 3284 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4.0 mm2, 450/750v | Material | m | 1,0000000 | 12,20 | 12,20 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,89 | | | Valor com BDI => | 14,09 |
| | | | | | Quant. => | 350,0000000 | Preço Total => | 4.931,50 | |
| 1.13 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 3808 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v | Material | m | 1,0000000 | 19,60 | 19,60 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 3,03 | | | Valor com BDI => | 22,63 |
| | | | | | Quant. => | 200,0000000 | Preço Total => | 4.526,00 | |
| 1.14 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | M109500666 | EMBASA | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | Material | UN | 1,0000000 | 3,44 | 3,44 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 0,53 | | | Valor com BDI => | 3,97 |
| | | | | | Quant. => | 550,0000000 | Preço Total => | 2.183,50 | |
| 1.15 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 2637 | ORSE | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | Material | un | 1,0000000 | 10,50 | 10,50 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,62 | | | Valor com BDI => | 12,12 |
| | | | | | Quant. => | 150,0000000 | Preço Total => | 1.818,00 | |

| | | | | | | | | | |
|--------|--------|-------|---|-----------------|-----------|-------------|----------------|------------------|------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | |
| 1.16 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 10618 | ORSE | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestidocom material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | Material | un | 1,0000000 | 7,04 | 7,04 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,09 | | | Valor com BDI => | 8,13 |
| | | | | | Quant. => | 150,0000000 | Preço Total => | 1.219,50 | |

| 1.17 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
|--------|----------|--------|---|----------|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------------|------------------|-------|
| Insumo | 00020111 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | Material | UN | 1,0000000 | 10,95 | 10,95 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,69 | | | Valor com BDI => | 12,64 |
| | | | | | | Quant. => | 200,0000000 | Preço Total => | 2.528,00 | |

| 1.18 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|--------|--------|-------|--|-----------------|-----------|------------|----------------|------------------|-------|
| Insumo | 2643 | ORSE | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | Material | un | 1,0000000 | 12,60 | 12,60 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,95 | | | Valor com BDI => | 14,55 |
| | | | | | Quant. => | 50,0000000 | Preço Total => | 727,50 | |

| 1.19 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|--------|------------|--------|---|-----------------|------|------------|--------------|------------------|----------|
| Insumo | M100250050 | EMBASA | ARMAÇAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | Material | UN | 1,00000000 | 30,47 | 30,47 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 4,72 | | | Valor com BDI => | 35,19 |
| | | | | | | Quant. => | 180,00000000 | Preço Total => | 6.334,20 |

| | | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--|-----------------|------|----------------|----------------|------------------|-----------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | |
| 1.20 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 00003398 | SINAPI | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO | Material | UN | 1,00000000 | 5,12 | 5,12 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 0,79 | | | Valor com BDI => | 5,91 |
| | | | | Quant. => | | 180,00000000 | Preço Total => | | 1.063,80 |
| | | | | | | | | | |
| 1.21 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 00000411 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | Material | UN | 1,00000000 | 0,18 | 0,18 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 0,02 | | | Valor com BDI => | 0,20 |
| | | | | Quant. => | | ##### | Preço Total => | | 20.000,00 |
| | | | | | | | | | |
| 1.22 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 12539 | ORSE | Abracadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | Material | un | 1,00000000 | 0,45 | 0,45 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 0,06 | | | Valor com BDI => | 0,51 |
| | | | | Quant. => | | 5.000,00000000 | Preço Total => | | 2.550,00 |
| | | | | | | | | | |
| 1.23 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Insumo | 00000408 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | Material | UN | 1,00000000 | 0,89 | 0,89 | |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 0,13 | | | Valor com BDI => | 1,02 |
| | | | | Quant. => | | 5.000,00000000 | Preço Total => | | 5.100,00 |

| | | | | | | | | | | |
|--------|--------|-------|--|----------|-----------------|-----------|-------------|----------------|------------------|-----------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | | |
| 1.24 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
| Insumo | 8928 | ORSE | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | Material | un | 1,0000000 | 6,45 | 6,45 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,99 | | | Valor com BDI => | 7,44 |
| | | | | | | Quant. => | 300,0000000 | Preço Total => | | 2.232,00 |
| 1.25 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
| Insumo | 9099 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | Material | un | 1,0000000 | 9,00 | 9,00 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,39 | | | Valor com BDI => | 10,39 |
| | | | | | | Quant. => | 614,0000000 | Preço Total => | | 6.379,46 |
| 1.26 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
| Insumo | 9100 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | Material | un | 1,0000000 | 11,00 | 11,00 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,70 | | | Valor com BDI => | 12,70 |
| | | | | | | Quant. => | 90,0000000 | Preço Total => | | 1.143,00 |
| 1.27 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | | |
| Insumo | 13285 | ORSE | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | Material | un | 1,0000000 | 31,65 | 31,65 | | |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 4,90 | | | Valor com BDI => | 36,55 |
| | | | | | | Quant. => | 500,0000000 | Preço Total => | | 18.275,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|--------|-------|---|----------|-----------------|-------------|------------------|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
| 1.28 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 14271 | ORSE | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 dúplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Luméns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | Material | un | 1,0000000 | 199,52 | 199,52 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 30,92 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 230,44 |
| | | | | | Quant. => | 100,0000000 | Preço Total => | 23.044,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--|----------|-----------------|------------|------------------|----------|
| 1.29 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00000344 | SINAPI | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | Material | KG | 1,0000000 | 32,86 | 32,86 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 5,09 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 37,95 |
| | | | | | Quant. => | 40,0000000 | Preço Total => | 1.518,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--|----------|-----------------|-------------|------------------|----------|
| 1.30 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00002446 | SINAPI | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | Material | M | 1,0000000 | 6,44 | 6,44 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,99 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 7,43 |
| | | | | | Quant. => | 200,0000000 | Preço Total => | 1.486,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|------------|--------|---|----------|-----------------|---------------|------------------|----------|
| 1.31 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | M101950510 | EMBASA | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | Material | M | 1,0000000 | 2,54 | 2,54 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,39 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 2,93 |
| | | | | | Quant. => | 2.000,0000000 | Preço Total => | 5.860,00 |

| | | | | | | | | |
|--------|----------|--------|--|----------|-----------------|--------------|------------------|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
| 1.32 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00003379 | SINAPI | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | Material | UN | 1,00000000 | 69,85 | 69,85 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 10,82 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 80,67 |
| | | | | | Quant. => | 100,00000000 | Preço Total => | 8.067,00 |
| 1.33 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00000426 | SINAPI | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | Material | UN | 1,00000000 | 36,49 | 36,49 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 5,65 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 42,14 |
| | | | | | Quant. => | 300,00000000 | Preço Total => | 12.642,00 |
| 1.34 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 393 | ORSE | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | Material | kg | 1,00000000 | 61,15 | 61,15 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 9,47 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 70,62 |
| | | | | | Quant. => | 50,00000000 | Preço Total => | 3.531,00 |
| 1.35 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | 00039380 | SINAPI | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | Material | UN | 1,00000000 | 18,58 | 18,58 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 2,87 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 21,45 |
| | | | | | Quant. => | 200,00000000 | Preço Total => | 4.290,00 |

| | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | |
|----------|--------|--|-----------------|------|-----------|-------------|------------------|----------|
| Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| 00002510 | SINAPI | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | Material | UN | 1,0000000 | 32,48 | 32,48 | |
| | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | Valor do BDI => | 5,03 | | | Valor com BDI => | 37,51 |
| | | | | | Quant. => | 200,0000000 | Preço Total => | 7.502,00 |

| Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|---|---|-----|-----------|------------|----------|
| 101508 | SINAPI | ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 35 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS | Instalações Elétricas - Rede de Distribuição | UN | 1,0000000 | 2.523,16 | 2.523,16 |
| 100578 | SINAPI | ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019 | Postes de Concreto e Metálicos | UN | 1,0000000 | 618,16 | 618,16 |
| 104749 | SINAPI | CONECTOR GRAMPO METÁLICO TIPO OLHAL, PARA SPDA, PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4" E CABOS DE 10 A 50 MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023 | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA | UN | 1,0000000 | 21,77 | 21,77 |
| 88247 | SINAPI | AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 0,3897000 | 25,56 | 9,96 |
| 88264 | SINAPI | ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros | H | 3,5078000 | 33,94 | 119,05 |
| 91873 | SINAPI | ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 | Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores | M | 6,0500000 | 22,18 | 134,18 |
| 91886 | SINAPI | LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 | Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores | UN | 1,0000000 | 16,77 | 16,77 |
| 91920 | SINAPI | CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 | Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores | UN | 1,0000000 | 25,82 | 25,82 |

| | | | | | | | | | |
|---------------------|----------|--------|--|---|--------|------------|------------|-------------------|-----------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 | |
| Composição Auxiliar | 91922 | SINAPI | CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023 | Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores | UN | 1,0000000 | 27,70 | 27,70 | |
| Composição Auxiliar | 92986 | SINAPI | CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 35 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021 | Redes Enterradas de Distribuição Elétrica | M | 22,2000000 | 40,90 | 907,98 | |
| Composição Auxiliar | 93673 | SINAPI | DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020 | Instalações Elétricas - Quadros, Cabos, Disjuntores, Contatores e | UN | 1,0000000 | 96,05 | 96,05 | |
| Composição Auxiliar | 96977 | SINAPI | CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023 | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA | M | 1,9500000 | 61,04 | 119,02 | |
| Composição Auxiliar | 96986 | SINAPI | HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023 | Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA | UN | 1,0000000 | 126,44 | 126,44 | |
| Insumo | 00001094 | SINAPI | ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR | Material | UN | 1,0000000 | 36,49 | 36,49 | |
| Insumo | 00003398 | SINAPI | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO | Material | UN | 1,0000000 | 5,12 | 5,12 | |
| Insumo | 00004346 | SINAPI | PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA | Material | UN | 3,0000000 | 11,71 | 35,13 | |
| Insumo | 00011267 | SINAPI | ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM | Material | UN | 2,0000000 | 1,38 | 2,76 | |
| Insumo | 00011950 | SINAPI | BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS | Material | UN | 4,0000000 | 0,20 | 0,80 | |
| Insumo | 00014153 | SINAPI | FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF | Material | UN | 0,0600000 | 86,69 | 5,20 | |
| Insumo | 00034643 | SINAPI | CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM | Material | UN | 1,0000000 | 37,95 | 37,95 | |
| Insumo | 00039809 | SINAPI | CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL) | Material | UN | 1,0000000 | 175,17 | 175,17 | |
| Insumo | 00039996 | SINAPI | VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM) | Material | M | 0,1664000 | 5,66 | 0,94 | |
| Insumo | 00039997 | SINAPI | PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4" | Material | UN | 2,0000000 | 0,35 | 0,70 | |
| | | | | MO sem LS ==> | 452,21 | LS ==> | 0,00 | MO com LS ==> | 452,21 |
| | | | | Valor do BDI ==> | 391,08 | | | Valor com BDI ==> | 2.914,24 |
| | | | | | | Quant. ==> | 10,0000000 | Preço Total ==> | 29.142,40 |

| | | | | | | | | |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|

| 1.38 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|-----------------------------------|----------|-----------------|-----------|------------------|----------|
| Insumo | 1858 | ORSE | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | Material | un | 1,0000000 | 946,24 | 946,24 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 146,66 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 1.092,90 |
| | | | | | Quant. => | 5,0000000 | Preço Total => | 5.464,50 |

| 1.39 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|--|----------|-----------------|------------|------------------|--------|
| Insumo | 2667 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | Material | un | 1,0000000 | 25,00 | 25,00 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 3,87 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 28,87 |
| | | | | | Quant. => | 25,0000000 | Preço Total => | 721,75 |

| 1.40 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|--|----------|-----------------|------------|------------------|--------|
| Insumo | 2668 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | Material | un | 1,0000000 | 14,65 | 14,65 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 2,27 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 16,92 |
| | | | | | Quant. => | 30,0000000 | Preço Total => | 507,60 |

| 1.41 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|--|----------|-----------------|------------|------------------|-------|
| Insumo | 2669 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | Material | un | 1,0000000 | 8,50 | 8,50 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,31 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 9,81 |
| | | | | | Quant. => | 10,0000000 | Preço Total => | 98,10 |

Planilha Orçamentária Analítica

| | | | | | | | | |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|

| 1.42 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|--|----------|-----------------|------------|------------------|-------|
| Insumo | 2670 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | Material | un | 1,0000000 | 4,10 | 4,10 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 0,63 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 4,73 |
| | | | | | Quant. => | 15,0000000 | Preço Total => | 70,95 |

| 1.43 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|----------|--------|---|----------|-----------------|-------------|------------------|----------|
| Insumo | 00034653 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | Material | UN | 1,0000000 | 8,44 | 8,44 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,30 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 9,74 |
| | | | | | Quant. => | 180,0000000 | Preço Total => | 1.753,20 |

| 1.44 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|----------|--------|---|----------|-----------------|------------|------------------|----------|
| Insumo | 00034709 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | Material | UN | 1,0000000 | 59,32 | 59,32 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 9,19 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 68,51 |
| | | | | | Quant. => | 50,0000000 | Preço Total => | 3.425,50 |

| 1.45 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|---|----------|-----------------|-----------|------------------|----------|
| Insumo | 9349 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | Material | un | 1,0000000 | 550,00 | 550,00 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 85,25 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 635,25 |
| | | | | | Quant. => | 5,0000000 | Preço Total => | 3.176,25 |

| | | | | | | | | |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|
| 1 | | | MATERIAIS | | | | | 361.090,82 |
|---|--|--|-----------|--|--|--|--|------------|

| 1.46 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|---|----------|-----------------|-----------|------------------|----------|
| Insumo | 10064 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | Material | un | 1,0000000 | 542,00 | 542,00 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 84,01 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 626,01 |
| | | | | | Quant. => | 5,0000000 | Preço Total => | 3.130,05 |

| 1.47 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|--------|-------|---------------------------------|----------|-----------------|-----------|------------------|----------|
| Insumo | 13579 | ORSE | Medidor PM 3255 para subestação | Material | un | 1,0000000 | 1.054,89 | 1.054,89 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 163,50 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 1.218,39 |
| | | | | | Quant. => | 4,0000000 | Preço Total => | 4.873,56 |

| 1.48 | Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|----------|--------|--|----------|-----------------|------------|------------------|--------|
| Insumo | 00001580 | SINAPI | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | Material | UN | 1,0000000 | 7,22 | 7,22 |
| | | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | | Valor do BDI => | 1,11 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | | Valor com BDI => | 8,33 |
| | | | | | Quant. => | 30,0000000 | Preço Total => | 249,90 |

Total sem BDI 313.465,36
Total do BDI 47.625,46
Total Geral 361.090,82

CURVA ABC- INSUMOS



Obra
MATERIAS CARNAVAL

Bancos
SINAPI - 09/2025 - Bahia
SBC - 11/2025 - Bahia
SICRO3 - 07/2025 - Bahia
ORSE - 08/2025 - Sergipe
EMBASA - 06/2025 - Bahia

B.D.I.
15,5%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Curva ABC de Insumos

| Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | | Valor Unitário | | Total | | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-----------------|---|----------|-----|-----------------|-------------|----------------|-------------|-----------|-------------|--------|-----------------|----------------|
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | | | |
| 4618 ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm² | Material | m | 2.000,0000000 | | 31,41 | | 62.820,00 | | 17,40% | 62.820,00 | 17,40% |
| 4619 ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm² | Material | m | 400,0000000 | | 61,79 | | 24.716,00 | | 6,84% | 87.536,00 | 24,24% |
| 4617 ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm² | Material | m | 250,0000000 | | 96,55 | | 24.137,50 | | 6,68% | 111.673,50 | 30,93% |
| 14271 ORSE | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 dúplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Lumêns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | Material | un | 100,0000000 | | 230,44 | | 23.044,00 | | 6,38% | 134.717,50 | 37,31% |
| 00000411 SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6" MM | Material | UN | 100.000,0000000 | | 0,20 | | 20.000,00 | | 5,54% | 154.717,50 | 42,85% |
| 13285 ORSE | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | Material | un | 500,0000000 | | 36,55 | | 18.275,00 | | 5,06% | 172.992,50 | 47,91% |
| 00000426 SINAPI | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | Material | UN | 300,0000000 | | 42,14 | | 12.642,00 | | 3,50% | 185.634,50 | 51,41% |
| 00001014 SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | Material | M | 4.200,0000000 | | 2,76 | | 11.592,00 | | 3,21% | 197.226,50 | 54,62% |
| 00001019 SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 35 MM2 | Material | M | 225,3300000 | | 41,79 | | 9.416,54 | | 2,61% | 206.643,04 | 57,23% |
| 3803 ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm2, 450/750v | Material | m | 2.000,0000000 | | 4,15 | | 8.300,00 | | 2,30% | 214.943,04 | 59,53% |

| Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | | Valor Unitário | | Total | | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-------------------|--|----------|-----|---------------|-------------|----------------|-------------|-----------|-------------|-------|-----------------|----------------|
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | | | |
| 00003379 SINAPI | HASTE DE ATERramento EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | Material | UN | 100,0000000 | | 80,67 | | 8.067,00 | | 2,23% | 223.010,04 | 61,76% |
| 00002510 SINAPI | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | Material | UN | 200,0000000 | | 37,51 | | 7.502,00 | | 2,08% | 230.512,04 | 63,84% |
| 3283 ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v | Material | m | 750,0000000 | | 9,58 | | 7.185,00 | | 1,99% | 237.697,04 | 65,83% |
| 00000981 SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | Material | M | 1.500,0000000 | | 4,57 | | 6.855,00 | | 1,90% | 244.552,04 | 67,73% |
| 9099 ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | Material | un | 614,0000000 | | 10,39 | | 6.379,46 | | 1,77% | 250.931,50 | 69,49% |
| M100250050 EMBASA | ARMACAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | Material | UN | 180,0000000 | | 35,19 | | 6.334,20 | | 1,75% | 257.265,70 | 71,25% |
| M101950510 EMBASA | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | Material | M | 2.000,0000000 | | 2,93 | | 5.860,00 | | 1,62% | 263.125,70 | 72,87% |
| 4622 ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm² | Material | m | 300,0000000 | | 19,28 | | 5.784,00 | | 1,60% | 268.909,70 | 74,47% |
| 1858 ORSE | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | Material | un | 5,0000000 | | 1.092,90 | | 5.464,50 | | 1,51% | 274.374,20 | 75,98% |
| 00000408 SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6" MM | Material | UN | 5.000,0000000 | | 1,02 | | 5.100,00 | | 1,41% | 279.474,20 | 77,40% |
| 3284 ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4,0 mm2, 450/750v | Material | m | 350,0000000 | | 14,09 | | 4.931,50 | | 1,37% | 284.405,70 | 78,76% |
| 13579 ORSE | Medidor PM 3255 para substação | Material | un | 4,0000000 | | 1.218,39 | | 4.873,56 | | 1,35% | 289.279,26 | 80,11% |
| 3808 ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v | Material | m | 200,0000000 | | 22,63 | | 4.526,00 | | 1,25% | 293.805,26 | 81,37% |
| 00039380 SINAPI | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | Material | UN | 200,0000000 | | 21,45 | | 4.290,00 | | 1,19% | 298.095,26 | 82,55% |

| Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | | Valor Unitário | | Total | | | Peso | Valor | Peso |
|------------|--------|---|-------------|-----|---------------|-------------|----------------|-------------|-----------|-------------|----------|-------|------------|-----------|
| | | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Geral | | Acumulado | Acumulado |
| 4620 | ORSE | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm² | Material | m | 300,0000000 | | 14,20 | | 4.260,00 | | 4.260,00 | 1,18% | 302.355,26 | 83,73% |
| 00034709 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | Material | UN | 60,0000000 | | 68,51 | | 4.110,60 | | 4.110,60 | 1,14% | 306.465,86 | 84,87% |
| 00000863 | SINAPI | CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO | Material | M | 90,0000000 | | 45,62 | | 4.105,80 | | 4.105,80 | 1,14% | 310.571,66 | 86,01% |
| 00002436 | SINAPI | ELETRICISTA (HORISTA) | Mão de Obra | H | 131,1169461 | | 27,77 | | 3.641,12 | | 3.641,12 | 1,01% | 314.212,78 | 87,02% |
| 393 | ORSE | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | Material | kg | 50,0000000 | | 70,62 | | 3.531,00 | | 3.531,00 | 0,98% | 317.743,78 | 88,00% |
| 9295 | ORSE | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm², 1kv/ 90° C | Material | m | 30,0000000 | | 116,21 | | 3.486,30 | | 3.486,30 | 0,97% | 321.230,08 | 88,96% |
| 9349 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | Material | un | 5,0000000 | | 635,25 | | 3.176,25 | | 3.176,25 | 0,88% | 324.406,33 | 89,84% |
| 10064 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | Material | un | 5,0000000 | | 626,01 | | 3.130,05 | | 3.130,05 | 0,87% | 327.536,38 | 90,71% |
| 12539 | ORSE | Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | Material | un | 5.000,0000000 | | 0,51 | | 2.550,00 | | 2.550,00 | 0,71% | 330.086,38 | 91,41% |
| 00020111 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | Material | UN | 200,0000000 | | 12,64 | | 2.528,00 | | 2.528,00 | 0,70% | 332.614,38 | 92,11% |
| 8928 | ORSE | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | Material | un | 300,0000000 | | 7,44 | | 2.232,00 | | 2.232,00 | 0,62% | 334.846,38 | 92,73% |
| M109500666 | EMBASA | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | Material | UN | 550,0000000 | | 3,97 | | 2.183,50 | | 2.183,50 | 0,60% | 337.029,88 | 93,34% |
| 00039809 | SINAPI | CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL) | Material | UN | 10,0000000 | | 202,32 | | 2.023,20 | | 2.023,20 | 0,56% | 339.053,08 | 93,90% |
| 2637 | ORSE | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | Material | un | 150,0000000 | | 12,12 | | 1.818,00 | | 1.818,00 | 0,50% | 340.871,08 | 94,40% |
| 00034653 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | Material | UN | 180,0000000 | | 9,74 | | 1.753,20 | | 1.753,20 | 0,49% | 342.624,28 | 94,89% |
| 00000344 | SINAPI | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0.0166 KG/M) | Material | KG | 40,0000000 | | 37,95 | | 1.518,00 | | 1.518,00 | 0,42% | 344.142,28 | 95,31% |
| 00002446 | SINAPI | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | Material | M | 200,0000000 | | 7,43 | | 1.486,00 | | 1.486,00 | 0,41% | 345.628,28 | 95,72% |
| 00000867 | SINAPI | CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO | Material | M | 20,4750000 | | 64,99 | | 1.330,67 | | 1.330,67 | 0,37% | 346.958,95 | 96,09% |
| 10618 | ORSE | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestidocom material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | Material | un | 150,0000000 | | 8,13 | | 1.219,50 | | 1.219,50 | 0,34% | 348.178,45 | 96,42% |
| 00000247 | SINAPI | AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA) | Mão de Obra | H | 65,5553989 | | 18,44 | | 1.208,84 | | 1.208,84 | 0,33% | 349.387,29 | 96,76% |
| 00003378 | SINAPI | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 3/4", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | Material | UN | 10,0000000 | | 119,36 | | 1.193,60 | | 1.193,60 | 0,33% | 350.580,89 | 97,09% |
| 9100 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | Material | un | 90,0000000 | | 12,70 | | 1.143,00 | | 1.143,00 | 0,32% | 351.723,89 | 97,41% |

| Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | | Valor Unitário | | Total | | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-----------------|--|---------------------------------------|-----|-------------|-------------|----------------|-------------|-----------|-------------|-------|-----------------|----------------|
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | | | |
| 00003398 SINAPI | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE "72" X "72" MM. PARA USO EM BAIXA TENSÃO | Material | UN | 190,0000000 | | 5,91 | | 1.122,90 | | 0,31% | 352.846,79 | 97,72% |
| 00037370 SINAPI | ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 200,1934010 | | 5,22 | | 1.045,01 | | 0,29% | 353.891,80 | 98,01% |
| 2643 ORSE | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | Material | un | 50,0000000 | | 14,55 | | 727,50 | | 0,20% | 354.619,30 | 98,21% |
| 2667 ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | Material | un | 25,0000000 | | 28,87 | | 721,75 | | 0,20% | 355.341,05 | 98,41% |
| 00002684 SINAPI | ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA | Material | M | 61,5285000 | | 10,40 | | 639,90 | | 0,18% | 355.980,95 | 98,58% |
| 2668 ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | Material | un | 30,0000000 | | 16,92 | | 507,60 | | 0,14% | 356.488,55 | 98,73% |
| 00034643 SINAPI | CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM | Material | UN | 10,0000000 | | 43,83 | | 438,30 | | 0,12% | 356.926,85 | 98,85% |
| 00001094 SINAPI | ARMACAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR | Material | UN | 10,0000000 | | 42,14 | | 421,40 | | 0,12% | 357.348,25 | 98,96% |
| 00004346 SINAPI | PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA | Material | UN | 30,0000000 | | 13,52 | | 405,60 | | 0,11% | 357.753,85 | 99,08% |
| 00037752 SINAPI | CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA) | Equipamento para Aquisição Permanente | UN | 0,0006203 | | 649.355,07 | | 402,79 | | 0,11% | 358.156,64 | 99,19% |
| 00003313 SINAPI | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | Material | KG | 10,0000000 | | 38,98 | | 389,80 | | 0,11% | 358.546,44 | 99,30% |
| 00004096 SINAPI | MOTORISTA OPERADOR DE CAMINHAO COM MUNCK (HORISTA) | Mão de Obra | H | 10,7702706 | | 35,12 | | 378,25 | | 0,10% | 358.924,69 | 99,40% |
| 00037372 SINAPI | EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 200,1934010 | | 1,65 | | 330,32 | | 0,09% | 359.255,01 | 99,49% |
| 00043484 SINAPI | EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | H | 189,5966000 | | 1,45 | | 274,92 | | 0,08% | 359.529,93 | 99,57% |
| 00001580 SINAPI | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | Material | UN | 30,0000000 | | 8,33 | | 249,90 | | 0,07% | 359.779,83 | 99,64% |
| 00037371 SINAPI | TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 200,1934010 | | 0,98 | | 196,19 | | 0,05% | 359.976,02 | 99,69% |
| 00043460 SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | H | 189,5966000 | | 0,99 | | 187,70 | | 0,05% | 360.163,72 | 99,74% |
| 00003363 SINAPI | GUINDAUTO HIDRAULICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 6200 KG, MOMENTO MAXIMO DE CARGA 11,7 TM, ALCANCE MAXIMO HORIZONTAL 9,70 M, PARA MONTAGEM SOBRE CHASSI DE CAMINHAO PBT MINIMO 13000 KG (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO) | Equipamento para Aquisição Permanente | UN | 0,0008483 | | 166.031,25 | | 140,84 | | 0,04% | 360.304,56 | 99,78% |

| Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | Valor Unitário | | Total | | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-----------------|---|----------|-----|-------------|----------------|-----------|-------------|-----------|--------|-----------------|----------------|
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | | | |
| 00004221 SINAPI | OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500 | Material | L | 19,3361880 | | 6,88 | | 133,03 | 133,03 | 0,04% | 360.437,59 |
| 00000416 SINAPI | GRAMPO METALICO TIPO OLHAL PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 3/4", CONDUTOR DE *10" A 50 MM2 | Material | UN | 10,0000000 | | 12,34 | | 123,40 | 123,40 | 0,03% | 360.560,99 |
| 2669 ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | Material | un | 10,0000000 | | 9,81 | | 98,10 | 98,10 | 0,03% | 360.659,09 |
| 2670 ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | Material | un | 15,0000000 | | 4,73 | | 70,95 | 70,95 | 0,02% | 360.730,04 |
| 00040408 SINAPI | CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | Material | UN | 10,0000000 | | 6,93 | | 69,30 | 69,30 | 0,02% | 360.799,34 |
| 00014153 SINAPI | FITA METALICA PERFURADA, L = *18" MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30" KGF | Material | UN | 0,6000000 | | 100,12 | | 60,07 | 60,07 | 0,02% | 360.859,42 |
| 00001575 SINAPI | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6 | Material | UN | 30,0000000 | | 2,00 | | 60,00 | 60,00 | 0,02% | 360.919,42 |
| 00001874 SINAPI | CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | Material | UN | 10,0000000 | | 4,75 | | 47,50 | 47,50 | 0,01% | 360.966,92 |
| 00011267 SINAPI | ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5" MM | Material | UN | 20,0000000 | | 1,59 | | 31,80 | 31,80 | 0,01% | 360.998,72 |
| 00001902 SINAPI | LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO | Material | UN | 10,0000000 | | 2,61 | | 26,10 | 26,10 | 0,01% | 361.024,82 |
| 00037373 SINAPI | SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 200,1934010 | | 0,09 | | 18,02 | 18,02 | 0,00% | 361.042,83 |
| 00039996 SINAPI | VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4" (6,3 MM) | Material | M | 1,6640000 | | 6,53 | | 10,87 | 10,87 | 0,00% | 361.053,70 |
| 00043488 SINAPI | EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | H | 10,5968010 | | 1,02 | | 10,81 | 10,81 | 0,00% | 361.064,51 |
| 00021127 SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M | Material | UN | 1,9980000 | | 4,78 | | 9,55 | 9,55 | 0,00% | 361.074,06 |
| 00011950 SINAPI | BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS | Material | UN | 40,0000000 | | 0,23 | | 9,20 | 9,20 | 0,00% | 361.083,26 |
| 00039997 SINAPI | PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4" | Material | UN | 20,0000000 | | 0,40 | | 8,00 | 8,00 | 0,00% | 361.091,26 |
| 00043464 SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Material | H | 10,5968010 | | 0,01 | | 0,11 | 0,11 | 0,00% | 361.091,37 |

| | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Totais por Tipo | |
| Equipamento | R\$ 0,00 |
| Equipamento para Aquisição Permanente | R\$ 543,64 |
| Mão de Obra | R\$ 5.228,21 |
| Material | R\$ 355.319,51 |
| Serviços | R\$ 0,00 |
| Taxas | R\$ 0,00 |
| Administração | R\$ 0,00 |
| Aluguel | R\$ 0,00 |
| Verba | R\$ 0,00 |
| Transporte | R\$ 0,00 |
| Encargos Complementares | R\$ 0,00 |
| Franquia | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 0,00 |
| Total sem BDI | 313.465,36 |
| Total do BDI | 47.625,46 |
| Total Geral | 361.090,82 |

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II-MEMÓRIA DE CÁLCULO

| Item | Descrição | Und | Quant. |
|----------|---|-----|-----------|
| 1 | MATERIAIS | | |
| 1.1 | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm ² | m | 250,0 |
| 1.2 | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm ² | m | 400,0 |
| 1.3 | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm ² | m | 2.000,0 |
| 1.4 | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm ² | m | 300,0 |
| 1.5 | Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm ² | m | 300,0 |
| 1.6 | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | KG | 10,0 |
| 1.7 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 4.200,0 |
| 1.8 | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 1.500,0 |
| 1.9 | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm ² , 1kv / 90° C | m | 30,0 |
| 1.10 | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm ² , 450/750v | m | 2.000,0 |
| 1.11 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm ² , 450/750v | m | 750,0 |
| 1.12 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4.0 mm ² , 450/750v | m | 350,0 |
| 1.13 | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm ² , 450/750v | m | 200,0 |
| 1.14 | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | UN | 550,0 |
| 1.15 | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | un | 150,0 |
| 1.16 | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestidocom material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | un | 150,0 |
| 1.17 | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UN | 200,0 |
| 1.18 | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | un | 50,0 |
| 1.19 | ARMACAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | UN | 180,0 |
| 1.20 | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO | UN | 180,0 |
| 1.21 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UN | 100.000,0 |

| | | | |
|----------|---|----|---------|
| 1 | MATERIAIS | | |
| 1.22 | Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | un | 5.000,0 |
| 1.23 | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UN | 5.000,0 |
| 1.24 | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | un | 300,0 |
| 1.25 | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | un | 614,0 |
| 1.26 | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | un | 90,0 |
| 1.27 | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | un | 500,0 |
| 1.28 | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 duplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Luméns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | un | 100,0 |
| 1.29 | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 40,0 |
| 1.30 | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | M | 200,0 |
| 1.31 | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | M | 2.000,0 |
| 1.32 | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | UN | 100,0 |
| 1.33 | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | UN | 300,0 |
| 1.34 | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | kg | 50,0 |
| 1.35 | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | UN | 200,0 |
| 1.36 | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UN | 200,0 |
| 1.37 | ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 35 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS | UN | 10,0 |
| 1.38 | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | un | 5,0 |
| 1.39 | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | un | 25,0 |
| 1.40 | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | un | 30,0 |
| 1.41 | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | un | 10,0 |
| 1.42 | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | un | 15,0 |

| Item | Descrição | Und | Quant. |
|----------|--|-----|--------|
| 1 | MATERIAIS | | |
| 1.43 | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | UN | 180,0 |
| 1.44 | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | UN | 50,0 |
| 1.45 | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | un | 5,0 |
| 1.46 | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | un | 5,0 |
| 1.47 | Medidor PM 3255 para subestação | un | 4,0 |
| 1.48 | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | UN | 30,0 |

ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este estudo técnico preliminar visa justificar Pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (INSUMOS E EQUIPAMENTOS), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, VISANDO O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA TEMPORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE 2026.** De interesse da Administração Pública.

Processo Administrativo: Nº 36.765/2025

| | |
|--|--------------------------------|
| ETP Nº 008/2025 | Data da Elaboração: 20/01/2026 |
| Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte Servidor: Engenheiro Civil – Tiago de Carvalho Xavier | |

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A realização do Carnaval constitui evento público de grande porte, caracterizado por elevada concentração de pessoas, intensa utilização de equipamentos elétricos e demanda temporária significativamente superior à capacidade ordinária da rede urbana existente. Tal cenário exige a implantação de infraestrutura elétrica provisória segura, confiável e compatível com normas técnicas específicas para locais de afluência de público.

A ausência ou inadequação de materiais elétricos apropriados pode resultar em riscos relevantes à segurança pública, tais como choques elétricos, curtos-circuitos, incêndios, interrupções no fornecimento de energia e descumprimento de exigências legais impostas por órgãos fiscalizadores, notadamente o Corpo de Bombeiros Militar e o CREA.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade da contratação para assegurar a regularidade do evento, a proteção da integridade física do público, trabalhadores e artistas, bem como a observância do interesse público.

A licitação será realizada em Lote Único, não havendo parcelamento do objeto.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação encontra-se alinhada às competências institucionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transporte, especialmente no que se refere ao planejamento, implantação e suporte técnico-operacional de estruturas temporárias necessárias à realização de eventos públicos oficiais de grande porte.

O objeto integra o planejamento anual de eventos do Município, contribuindo diretamente para a promoção da cultura local, o fortalecimento da economia regional, o fomento ao turismo e a garantia da segurança da população, em consonância com os princípios da eficiência, do interesse público e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Atesta-se que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município. Ressalta-se que, caso a consolidação final do PCA 2026 ainda esteja em processamento, a demanda justifica-se por sua natureza essencial e sazonal, estando plenamente alinhada ao planejamento estratégico da Administração.

2.1 IMPACTOS DA NÃO CONTRATAÇÃO

A não realização da contratação ou sua execução de forma inadequada poderá acarretar graves impactos administrativos, operacionais e sociais, tais como:

- Impossibilidade de implantação da infraestrutura elétrica necessária ao evento;
- Risco de indeferimento de alvarás e autorizações por parte do Corpo de Bombeiros Militar, CREA e demais órgãos competentes;
- Comprometimento da segurança do público, trabalhadores e artistas, com potencial responsabilização civil, administrativa e penal da Administração;
- Interrupções no fornecimento de energia durante o evento, com prejuízos à ordem pública e à imagem institucional do Município;
- Danos ao interesse cultural, turístico e econômico local.

Esses impactos reforçam o caráter essencial da contratação para o atendimento do interesse público.

2.2 RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa alcançar resultados práticos que assegurem a eficiência administrativa e a segurança do evento Carnaval 2026:

- Segurança Pública e Integridade Física: Garantir que 100% da infraestrutura elétrica temporária opere sem riscos de curtos-circuitos, incêndios ou choques elétricos, protegendo o público, trabalhadores e artistas.
- Continuidade Operacional: Assegurar a estabilidade no fornecimento de energia para palcos, som e iluminação, suportando picos de demanda que a rede urbana comum não comporta.
- Conformidade Legal: Obtenção célere de alvarás e autorizações junto ao Corpo de Bombeiros Militar e CREA, mediante o uso de materiais certificados.
- Eficiência do Gasto: Otimizar o uso de recursos públicos através do Sistema de Registro de Preços (SRP), adquirindo apenas o estritamente necessário conforme o layout final do evento, evitando estoques ociosos ou obsolescência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação decorrem diretamente das condições técnicas, operacionais, legais e normativas estabelecidas no Termo de Referência, sendo indispensáveis para garantir a segurança, a funcionalidade e a regularidade da infraestrutura elétrica temporária do evento.

Os materiais a serem adquiridos deverão, obrigatoriamente:

- Atender integralmente às Normas Técnicas Brasileiras – NBR aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público);
- Possuir certificação compulsória do INMETRO, quando exigida para o tipo de material;
- Ser novos, de primeiro uso, vedado o fornecimento de itens reconicionados, reutilizados ou remanufaturados;
- Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo;
- Estar devidamente identificados quanto à marca, modelo, especificação técnica, lote e data de fabricação;
- Ser entregues em embalagens originais, lacradas e íntegras;
- Apresentar certificados, laudos ou declarações de conformidade técnica sempre que solicitados pela fiscalização.

Os quantitativos e especificações técnicas detalhadas dos materiais constam da Planilha Orçamentária Sintética e dos Anexos Técnicos do Termo de Referência, os quais integram o presente Estudo Técnico Preliminar para todos os fins legais.

MEMORIA DE CALCULO:

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. |
|----------|----------|--------|--|-----|--------|
| 1 | | | MATERIAIS | | |
| 1.1 | 4617 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x120 +70mm ² | m | 250 |
| 1.2 | 4619 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x70 +70mm ² | m | 400 |
| 1.3 | 4618 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x35 +35mm ² | m | 2000 |
| 1.4 | 4622 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x25 +25mm ² | m | 300 |
| 1.5 | 4620 | ORSE | Cabo de aluminio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm ² | m | 300 |
| 1.6 | 00003313 | SINAPI | ARAME PROTEGIDO COM POLIMERO PARA GABIAO, DIAMETRO 2,2 MM | KG | 10 |
| 1.7 | 00001014 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2 | M | 4200 |
| 1.8 | 00000981 | SINAPI | CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2 | M | 1500 |
| 1.9 | 9295 | ORSE | Cabo de cobre isolado HEPR (XLPE), 95mm ² , 1kv / 90° C | m | 30 |
| 1.10 | 3803 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 1,5 mm2, 450/750v | m | 2000 |

| | | | | | |
|------|------------|--------|---|----|--------|
| 1.11 | 3283 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v | m | 750 |
| 1.12 | 3284 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4.0 mm2, 450/750v | m | 350 |
| 1.13 | 3808 | ORSE | Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 6,0 mm2, 450/750v | m | 200 |
| 1.14 | M109500666 | EMBASA | CONECTOR PERFURACAO 10-95/1,5-10MM2 | UN | 550 |
| 1.15 | 2637 | ORSE | Conector perfuração 25-95/2 95 mm | un | 150 |
| 1.16 | 10618 | ORSE | Conector perfuração lâmina dentada em alumínio ou cobre estanhado - revestido com material plástico polimérico - com um parafuso em aço zincado ou liga de alumínio - para cabo isolado 35-120/10-35MM | un | 150 |
| 1.17 | 00020111 | SINAPI | FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M | UN | 200 |
| 1.18 | 2643 | ORSE | Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m | un | 50 |
| 1.19 | M100250050 | EMBASA | ARMACAO SECUNDARIA, C/ HASTE SEM ISOLADOR, 1 ELEMENTO | UN | 180 |
| 1.20 | 00003398 | SINAPI | ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO | UN | 180 |
| 1.21 | 00000411 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM | UN | 100000 |
| 1.22 | 12539 | ORSE | Abraçadeira de nylon p/amarração de cabos 300mm x 3,6mm | un | 5000 |
| 1.23 | 00000408 | SINAPI | ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM | UN | 5000 |
| 1.24 | 8928 | ORSE | Soquete ou bocal de louça (porcelana) E27 de tempo, ref.MT-2233, marca Decorlux ou similar | un | 300 |
| 1.25 | 9099 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 10A, sistema X | un | 614 |
| 1.26 | 9100 | ORSE | Tomada 2p + t, ABNT, de sobrepor, 20A, sistema X | un | 90 |
| 1.27 | 13285 | ORSE | Lâmpada led 50w de potência, luz branca bivolt, marca LLum ou similar | un | 500 |
| 1.28 | 14271 | ORSE | Refletor modular de Led linear para campo ou quadra, 200W, IP68 dúplo, módulos N2, corpo em alumínio, pintura eletrostática, proteção contra corrosão, 6500K, FP = >0.95, IRC = Ra>80. FL = 22.000 Luméns, VU = 50.000h, ângulo do feixe = 120º | un | 100 |
| 1.29 | 00000344 | SINAPI | ARAME GALVANIZADO 16 BWG, D = 1,65MM (0,0166 KG/M) | KG | 40 |
| 1.30 | 00002446 | SINAPI | ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", CRC 680 N, PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715) | M | 200 |
| 1.31 | M101950510 | EMBASA | ELETRODUTO EM PVC FLEXIVEL CORRUGADO, DN=25 MM (3/4") | M | 2000 |
| 1.32 | 00003379 | SINAPI | HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR | UN | 100 |
| 1.33 | 00000426 | SINAPI | GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 3/4", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2 | UN | 300 |
| 1.34 | 393 | ORSE | Cabo de aço cobreado 3 x 9 awg | kg | 50 |
| 1.35 | 00039380 | SINAPI | BASE PARA RELE COM SUPORTE METALICO | UN | 200 |
| 1.36 | 00002510 | SINAPI | RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE | UN | 200 |
| 1.37 | 101508 | SINAPI | ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 35 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS | UN | 10 |
| 1.38 | 1858 | ORSE | Poste concreto duplo T (DT) 9/200 | un | 5 |
| 1.39 | 2667 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 70 mm2 | un | 25 |
| 1.40 | 2668 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 35 mm2 | un | 30 |

| | | | | | |
|------|----------|--------|--|----|-----|
| 1.41 | 2669 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 25 mm2 | un | 10 |
| 1.42 | 2670 | ORSE | Alça preformada para cabo multiplex 16 mm2 | un | 15 |
| 1.43 | 00034653 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A | UN | 180 |
| 1.44 | 00034709 | SINAPI | DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A | UN | 50 |
| 1.45 | 9349 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 200 A com caixa moldada 10 kA | un | 5 |
| 1.46 | 10064 | ORSE | Disjuntor termomagnético tripolar 125 A com caixa moldada 10 kA | un | 5 |
| 1.47 | 13579 | ORSE | Medidor PM 3255 para subestação | un | 4 |
| 1.48 | 00001580 | SINAPI | TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12 | UN | 30 |

4. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

No âmbito do planejamento da contratação, foram analisadas as seguintes alternativas:

4.1 UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DA REDE ELÉTRICA URBANA EXISTENTE

Alternativa considerada inviável, tendo em vista a insuficiência da infraestrutura urbana para absorver os picos de demanda do evento, bem como a incompatibilidade com as exigências normativas aplicáveis a instalações temporárias em locais de grande afluência de público.

4.2 LOCAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS TEMPORÁRIOS

Embora tecnicamente possível, a locação apresenta limitações relevantes quanto à disponibilidade imediata, padronização, rastreabilidade, controle de qualidade e custo-benefício, além de restringir a reposição célere em caso de falhas durante a execução do evento.

4.3. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A alternativa mostrou-se mais vantajosa, por permitir maior previsibilidade, flexibilidade administrativa, controle de qualidade, fornecimento parcelado e economicidade.

Após análise comparativa, concluiu-se que não há solução alternativa que apresente melhor relação custo-benefício para o atendimento da necessidade identificada.

5. SOLUÇÃO ESCOLHIDA E JUSTIFICATIVA

A solução escolhida consiste na aquisição de materiais elétricos por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, pelo critério de julgamento de **maior desconto no preço global**.

A adoção do Pregão Eletrônico revela-se tecnicamente adequada ao objeto, uma vez que se trata de bens comuns, com especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e passíveis de comparação objetiva entre as propostas, assegurando ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Declara-se expressamente que o objeto desta contratação se enquadra na categoria de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado. Outrossim, declara-se que os itens a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo, atendendo aos critérios de essencialidade e economicidade.

6. JUSTIFICATIVA PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Sistema de Registro de Preços é adequado diante da natureza eventual, temporária e variável da demanda, bem como da necessidade de fornecimentos parcelados ao longo do período preparatório do evento.

O SRP proporciona maior eficiência administrativa, redução de custos operacionais, melhor gestão de estoques e flexibilidade na execução, além de evitar aquisições desnecessárias, atendendo aos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. PADRONIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E AUSÊNCIA DE DIRECIONAMENTO

Os materiais a serem adquiridos são definidos com base em normas técnicas nacionais amplamente reconhecidas, especialmente as Normas da ABNT, não havendo exigência de marcas, modelos exclusivos ou soluções proprietárias.

Tal padronização assegura interoperabilidade entre produtos de diferentes fabricantes, amplia a competitividade do certame e afasta qualquer possibilidade de direcionamento indevido.

6.2. JUSTIFICATIVA DO NÃO PARCELAMENTO (LOTE ÚNICO)

Conforme o art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, optou-se pela **licitação em Lote Único, não havendo o parcelamento do objeto**. Esta decisão fundamenta-se na necessidade de garantir a **padronização técnica e a interoperabilidade** entre os diversos materiais elétricos (cabos, conectores, refletores e painéis).

A execução da infraestrutura para o Carnaval exige que todos os componentes possuam perfeita compatibilidade entre si para evitar falhas críticas, curtos-circuitos ou atrasos na montagem. Além disso, a divisão em itens pulverizados poderia comprometer a logística de entrega (prazo de 5 dias) e a responsabilidade técnica, sendo tecnicamente mais recomendável que um único fornecedor assegure a integridade de todo o conjunto de materiais.

Portanto, a opção pelo lote único visa a economia de escala e a redução de custos de gestão, sendo a solução mais vantajosa para assegurar a integridade da infraestrutura elétrica do evento.

6.3. DA MATRIZ DE RISCOS

Após análise, optou-se pela não adoção de Matriz de Riscos no instrumento contratual, considerando que o objeto trata de fornecimento comum de bens, sem complexidade que justifique a repartição objetiva de riscos extraordinários, sendo o Mapa de Riscos acostado aos autos suficiente para a gestão das intercorrências ordinárias.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da contratação foi elaborada em estrita conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo como referência exclusiva as tabelas oficiais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, amplamente reconhecidas e adotadas pelos Tribunais de Contas como base idônea para formação de preços na Administração Pública.

Os preços unitários estimados foram obtidos a partir das composições e insumos correspondentes aos materiais elétricos especificados no Termo de Referência, considerando-se os quantitativos previstos para atendimento da infraestrutura elétrica temporária do evento.

7.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado global da contratação corresponde à soma dos valores unitários estimados multiplicados pelos respectivos quantitativos constantes da Planilha Orçamentária Sintética, a qual integra o processo administrativo como Anexo I do Termo de Referência.

RESUMO:

| ITEM | DESCRIÇÃO | TOTAL | PESO (%) |
|------|-----------|----------------|----------|
| 1 | MATERIAIS | R\$ 361.090,82 | 100,00 % |

Ressalta-se que, em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, o valor estimado possui caráter referencial, não constituindo obrigação de contratação integral por parte da Administração, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

O detalhamento do valor estimado, com memória de cálculo, composições e fontes de pesquisa de preços, encontra-se formalmente documentado no processo administrativo, garantindo transparência, rastreabilidade e controle externo.

7.2 JUSTIFICATIVA DO VALOR ESTIMADO

O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 361.090,82 (trezentos e sessenta e um mil, noventa reais e oitenta e dois centavos)**. Esta cifra foi obtida através de uma análise criteriosa baseada exclusivamente no **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**. A escolha desta base justifica-se por sua oficialidade, transparência e ampla aceitação pelos Tribunais de Contas (TCU/TCM). O montante reflete a soma dos preços unitários de mercado para materiais novos e certificados, multiplicados pelos quantitativos planejados para atender à complexidade da rede elétrica temporária exigida pelo porte do evento. Ressalta-se que, por tratar-se de SRP, o valor é referencial, sendo a despesa efetivada apenas mediante a necessidade real.

8. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A análise de riscos da contratação foi realizada em consonância com o Mapa de Riscos da Contratação e o Mapa de Gerenciamento de Riscos constantes como anexos do Termo de Referência, observando-se as diretrizes dos arts. 11, 18, §1º, inciso X, e 169 da Lei nº 14.133/2021.

Os principais riscos identificados concentram-se, sobretudo, na fase de execução contratual, destacando-se:

- Atraso na entrega dos materiais, com potencial impacto direto no cronograma de montagem das estruturas do evento;
- Fornecimento de materiais em desconformidade técnica com as especificações e normas aplicáveis;
- Falhas de certificação, qualidade ou procedência dos produtos;
- Riscos à segurança do público e dos trabalhadores em decorrência de materiais inadequados ou defeituosos.

Como medidas mitigadoras, a Administração definiu:

- Estabelecimento de prazos objetivos e essenciais para entrega;
- Previsão de sanções administrativas em caso de descumprimento contratual;
- Exigência de certificações técnicas e conformidade com normas da ABNT e do INMETRO;
- Procedimentos formais de recebimento provisório e definitivo, com critérios técnicos claros;
- Atuação contínua do Gestor e do Fiscal do Contrato no acompanhamento da execução.

A gestão e o monitoramento dos riscos serão realizados de forma permanente durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes.

| Risco | Descrição do Risco | Estratégia de Tratamento | Medidas Mitigadoras | Responsável | Momento de Controle |
|-------|---|--------------------------|---|-----------------------------|-------------------------------------|
| R1 | Atraso na entrega dos materiais | Mitigar | Definição de prazos claros; aplicação de penalidades; acompanhamento contínuo do cronograma | Gestor e Fiscal do Contrato | Antes e durante a execução |
| R2 | Fornecimento em desconformidade técnica | Mitigar | Conferência técnica no recebimento; exigência de certificações; rejeição do material inadequado | Fiscal do Contrato | Recebimento provisório e definitivo |
| R3 | Ausência ou irregularidade de certificações | Mitigar | Verificação documental prévia; exigência de certificados válidos | Fiscal do Contrato | Recebimento dos materiais |
| R4 | Propostas com preços inexequíveis | Evitar | Aplicação dos critérios de aceitabilidade; solicitação de comprovação de exequibilidade | Comissão/Pregoeiro | Fase de julgamento |
| R5 | Insuficiência de saldo da ARP | Mitigar | Controle sistemático de saldos; limitação de adesões; autorização prévia do órgão gerenciador | Gestor da ARP | Durante a vigência da ARP |
| R6 | Falhas na fiscalização contratual | Mitigar | Designação formal de gestor e fiscal; registros periódicos; relatórios de acompanhamento | Autoridade Competente | Durante a execução |
| R7 | Problemas logísticos no transporte e armazenamento | Mitigar | Planejamento prévio de entregas; comunicação antecipada com a contratada | Gestor e Fiscal do Contrato | Antes da entrega |
| R8 | Fatores externos imprevisíveis (climáticos, greves) | Aceitar/Mitigar | Acompanhamento da situação; ajustes de cronograma quando justificados | Gestor do Contrato | Durante a execução |

Considerando o risco crítico de atraso na montagem da infraestrutura para o evento (Carnaval 2026), o planejamento da contratação estabelece um regime de sanções pecuniárias rigoroso e proporcional. As multas moratórias (0,5% ao dia) e compensatórias (até 20%) foram dimensionadas para garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade técnica dos materiais, assegurando que eventuais falhas da contratada não gerem prejuízo ao cronograma de segurança pública do município.

9. VEDAÇÃO À ADEÇÃO À ATA (CARONA)

Considerando a natureza específica do objeto, diretamente vinculada à infraestrutura elétrica temporária do Carnaval do Município de Barreiras/BA, conclui-se pela ausência de vantajosidade e pela inconveniência administrativa da adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços.

Os quantitativos estimados, o cronograma de fornecimento e as características técnicas dos materiais encontram-se diretamente associados às necessidades locais do evento, de modo que eventual adesão poderia comprometer o planejamento, o abastecimento e a segurança da execução.

A vedação à adesão encontra amparo no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e nos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público.

10. VIABILIDADE RAZOÁVEL DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta revela-se razoavelmente viável sob os aspectos técnico, econômico, administrativo e jurídico, atendendo aos parâmetros exigidos pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de planejamento consolidadas pelos Tribunais de Contas.

10.1. VIABILIDADE TÉCNICA

A viabilidade técnica da contratação está plenamente caracterizada, uma vez que os materiais elétricos especificados são bens comuns, amplamente disponíveis no mercado nacional, padronizados por normas técnicas da ABNT e com certificação do INMETRO, quando aplicável.

As especificações técnicas adotadas no Termo de Referência são suficientes para garantir a segurança, a funcionalidade e a compatibilidade da infraestrutura elétrica temporária do evento, não exigindo soluções inovadoras, exclusivas ou de elevada complexidade técnica.

10.2. VIABILIDADE ECONÔMICA

A viabilidade econômica encontra-se demonstrada pela estimativa de preços elaborada com base em tabelas oficiais do SINAPI, conferindo confiabilidade e aderência aos preços de mercado.

A adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a racionalização dos gastos públicos, evitando aquisições desnecessárias, permitindo contratações conforme a real necessidade e assegurando melhor relação custo-benefício para a Administração.

10.3. VIABILIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL

A Secretaria demandante possui estrutura administrativa, equipe técnica e experiência prévia suficientes para a gestão da Ata de Registro de Preços, emissão das Ordens de Fornecimento, fiscalização do recebimento dos materiais e acompanhamento da execução contratual.

A definição clara das atribuições do Gestor e do Fiscal do Contrato, bem como a existência de procedimentos formais de recebimento provisório e definitivo, asseguram a exequibilidade administrativa da contratação.

10.4. VIABILIDADE JURÍDICA

A contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com a modalidade de Pregão Eletrônico, com o critério de julgamento **maior desconto no preço global** e com a adoção do Sistema de Registro de Preços.

As cláusulas previstas no Termo de Referência observam os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência, da competitividade, da segurança jurídica e do interesse público, não se identificando óbices legais à deflagração do procedimento licitatório.

10.5. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE

Diante dos elementos analisados, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade razoável e adequada, sendo plenamente exequível e vantajosa para a Administração Pública.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, a Administração Pública busca alcançar resultados concretos e mensuráveis, alinhados às disposições do Termo de Referência e aos princípios da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- Implantação de infraestrutura elétrica temporária segura, estável e compatível com a demanda do evento;
- Atendimento integral às exigências do Corpo de Bombeiros Militar, CREA e demais órgãos fiscalizadores, viabilizando a emissão de alvarás e autorizações necessárias;
- Redução de riscos de acidentes elétricos, incêndios e interrupções no fornecimento de energia;
- Garantia da continuidade e regularidade das atividades culturais, artísticas e operacionais do Carnaval;
- Eficiência administrativa e economicidade na aplicação dos recursos públicos, mediante planejamento adequado e uso do Sistema de Registro de Preços;
- Transparência, controle e rastreabilidade dos atos administrativos relacionados à contratação.

Com a contratação, espera-se:

- Garantir a segurança elétrica do evento;
- Assegurar a continuidade e estabilidade do fornecimento de energia;
- Atender às exigências legais e normativas dos órgãos fiscalizadores;
- Promover a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- Minimizar riscos à integridade física do público e dos trabalhadores.

12. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada, exequível e vantajosa para a Administração Pública, atendendo integralmente aos requisitos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com base em critérios técnicos, econômicos, administrativos e jurídicos, demonstrando a compatibilidade da solução escolhida com o interesse público, a capacidade administrativa do órgão demandante e as boas práticas de governança e gestão de riscos.

O ETP encontra-se em conformidade com a legislação vigente e com as orientações consolidadas do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Municípios, servindo de fundamento suficiente para a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do procedimento licitatório.

Barreiras/BA, 30 de janeiro de 2026

TIAGO DE CARVALHO XAVIER

Assessor de Gabinete – Gestor de Contratos

Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Transportes

Prefeitura Municipal de Barreiras/BA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Barreiras/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Barreiras/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(Em papel timbrado da empresa)

[Denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[Endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Barreiras/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

| DADOS DA LICITAÇÃO | | |
|--------------------|-------------|--------|
| PREGÃO Nº | PROCESSO Nº | OBJETO |

| | | |
|------------------|------------|--------------------|
| DADOS DA EMPRESA | | |
| RAZÃO SOCIAL | | |
| CNPJ | | INSCRIÇÃO ESTADUAL |
| ENDEREÇO | | |
| TELEFONE | FAX | EMAIL |
| BANCO (NOME/Nº) | AGÊNCIA Nº | CONTA CORRENTE Nº |

| DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO | | |
|--|-----------------|-----|
| NOME | | |
| RG | ÓRGÃO EXPEDIDOR | CPF |

| | |
|--------------------------------|-------------------|
| VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS | PRAZO DE EXECUÇÃO |
|--------------------------------|-------------------|

| LOTE XXX | | | | |
|--|---------------|-------|-------------------------|----------------------|
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | MARCA | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | |
| TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | | | |

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____, homologado em ____ e publicado no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA nº ____, de ____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto **aquisição de materiais elétricos (insumos e equipamentos) em lote único, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos, visando o atendimento das necessidades de infraestrutura elétrica temporária para a realização do carnaval de 2026**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e/ou no Termo de Referência.

| | | | | |
|---|----------------------|--------------------|-----------------------------|--------------------------|
| DADOS DA EMPRESA | | | | |
| RAZÃO SOCIAL | | | | |
| CNPJ | | INSCRIÇÃO ESTADUAL | | |
| ENDEREÇO | | | | |
| TELEFONE | FAX | EMAIL | | |
| BANCO (NOME/Nº) | AGÊNCIA Nº | CONTA CORRENTE Nº | | |
| LOTE XXX | | | | |
| ITEM | DISCRIMINAÇÃO | MARCA | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| TOTAL GERAL | | | | |
| TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. Vigência: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo os materiais atender ao Carnaval 2026 e outras demandas de manutenção que surjam no período.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante ateste do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 O prazo para pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do ateste, observada a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4.3 O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária e, se cabível, compensação financeira, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo máximo de entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2 **Justificativa do Prazo:** A redução do prazo de entrega para 5 (cinco) dias úteis justifica-se pela natureza crítica do objeto, destinado à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte (Carnaval 2026). A celeridade é indispensável para:

5.2.1.Segurança Pública: Garantir que a montagem das estruturas ocorra dentro do cronograma rigoroso, evitando instalações apressadas que possam gerar riscos de curtos-circuitos ou incêndios.

5.2.2.Pico de Demanda: Atender ao pico de carga exigido por palcos, iluminação e som, que a rede urbana convencional não suporta sem os materiais específicos.

5.2.3.Fiscalização e Alvarás: Viabilizar a vistoria tempestiva do Corpo de Bombeiros e do CREA, cujas autorizações dependem da conclusão da infraestrutura elétrica.

5.2.4.Natureza do Evento: O caráter efêmero e o cronograma fixo do Carnaval tornam o atraso na entrega um risco de dano irreparável ao interesse público e à continuidade do serviço.

5.3. Considerando que o objeto se destina à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte, os prazos de entrega possuem caráter essencial, sendo vedados atrasos que comprometam o cronograma de montagem e execução do evento.

5.3.1 A contratada deverá priorizar integralmente o atendimento das Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, assegurando a entrega dos materiais com antecedência suficiente à data de início do evento, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria requisitante.

5.3.2. O atraso injustificado na entrega dos materiais será considerado descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

5.4. Local de entrega: Município de Barreiras/BA, em local indicado pela Secretaria requisitante.

5.5. Recebimento Provisório: até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, para conferência quantitativa.

5.6. Recebimento Definitivo: até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica.

5.7. A aceitação dos materiais fornecidos ficará condicionada à verificação cumulativa dos seguintes critérios objetivos:

5.7.1.Conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos;

5.7.2.Apresentação dos certificados, laudos ou declarações de conformidade exigidos, quando aplicável;

5.7.3.Integridade física dos materiais, vedado o recebimento de itens danificados, violados, amassados, sem lacre ou com sinais de uso;

5.7.4.Compatibilidade entre os quantitativos entregues e os constantes na Ordem de Fornecimento;

5.7.5.Identificação adequada dos materiais, conforme exigido neste Termo de Referência.

5.8.O não atendimento a qualquer dos critérios acima implicará a rejeição total ou parcial dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.9. Todos os materiais fornecidos deverão atender integralmente às Normas Técnicas Brasileiras – NBR aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público), bem como possuir certificação do INMETRO, quando exigida, sob pena de rejeição no recebimento.

5.10. A contratada deverá apresentar, no ato do fornecimento ou quando solicitado pela fiscalização, certificados de conformidade, laudos técnicos, relatórios de ensaio ou declarações do fabricante que comprovem o atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos materiais fornecidos.

- 5.11. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de reutilização, recondicionamento ou remanufatura.
- 5.12. Os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.
- 5.13. Os materiais deverão ser entregues devidamente identificados, contendo marca do fabricante, modelo, especificação técnica, lote e data de fabricação, acondicionados em embalagens originais, lacradas e íntegras.
- 5.14. A contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto, por meio de atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 5.15. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.
- 5.16. A contratada deverá possuir capacidade logística para realizar a entrega integral dos materiais no prazo estabelecido, arcando com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao transporte, seguros e demais encargos.
- 5.17. Materiais entregues em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou sem a certificação exigida deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.
- 5.18. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes do fornecimento de materiais em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou que não atendam às normas de segurança aplicáveis.
- 5.19. Eventuais falhas, defeitos ou não conformidades nos materiais fornecidos que venham a comprometer a segurança da infraestrutura elétrica temporária do evento ou a integridade física de usuários, trabalhadores e do público em geral serão de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 5.20. A responsabilização prevista neste item independe da fiscalização exercida pela Administração e não exclui a aplicação das sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1 Aplicam-se à contratada as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.2 O descumprimento total ou parcial das I assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, aplicadas da seguinte forma:
- 6.2.1. Multa Moratória:** Em caso de atraso injustificado na entrega dos materiais, será aplicada multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor do item inadimplente, limitada a 10% (dez por cento). Após o 20º dia de atraso, a Administração poderá considerar a inexecução total ou parcial.
- 6.2.2. Multa Compensatória por Inexecução Parcial:** No caso de entrega parcial ou em desacordo com as especificações, multa de **10% a 15%** sobre a parcela não executada.
- 6.2.3. Multa Compensatória por Inexecução Total:** No caso de desistência da entrega ou rescisão por culpa da contratada, multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total da Ata/Empenho.
- 6.2.4. Multa por Desconformidade Técnica:** Pelo fornecimento de materiais sem selo INMETRO ou em desacordo com as normas **NBR 5410/13570**, multa de **1% a 5%** do valor do contrato por ocorrência, sem prejuízo da substituição imediata do material.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os prestadores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os prestadores de serviço beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais prestadores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;

d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Boletim Oficial do Município de Barreiras/BA, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA

8.1. Garantia Contratual: Justifica-se a dispensa da exigência de garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021), considerando o baixo risco da contratação de bens comuns com entrega imediata, sendo as sanções editalícias suficientes para garantir a execução.

CLÁUSULA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO VIII
MINUTA CONTRATUAL

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE BARREIRAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O objeto do presente Contrato é a **aquisição de materiais elétricos (insumos e equipamentos) em lote único, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas no termo de referência e seus anexos, visando o atendimento das necessidades de infraestrutura elétrica temporária para a realização do carnaval de 2026**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 36765/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1 O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais, mediante ateste do Fiscal do Contrato na Nota Fiscal/Fatura, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 O prazo para pagamento será de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data do ateste, observada a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4.3 O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme arts. 62 e 63 da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária e, se cabível, compensação financeira, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão de seu prazo máximo de 12 (doze) meses, conforme art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

6.1 Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1 A gestão da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes será exercida por servidor formalmente designado como Gestor do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe o acompanhamento geral da execução, o controle de prazos, saldos, vigência e demais aspectos administrativos.

8.2 A fiscalização técnica e administrativa será exercida por Fiscal do Contrato, igualmente designado por ato formal, a quem caberá verificar a conformidade dos materiais fornecidos com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.3 O Fiscal do Contrato poderá ser auxiliado por equipe de apoio ou por responsável técnico, quando a complexidade do objeto assim exigir.

8.4 O Gestor e o Fiscal do Contrato registrarão todas as ocorrências relevantes em relatório próprio, inclusive eventuais inconformidades, notificações à contratada e medidas corretivas adotadas.

8.5 A atuação da gestão e fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades legais e contratuais.

8.6 Ficam designados para a gestão e fiscalização da ata/contrato os seguintes servidores, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD):

| Indicação do gestor da contratação | |
|--|---|
| GESTOR: TIAGO DE CARVALHO XAVIER Matricula: 67.400 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

| Indicação do responsável pela fiscalização (Técnica e/ou administrativa) | |
|--|---|
| FISCAL: VANILSON COSTA DOURADO NETO Matricula: 68.749 | SUPLENTE: PEDRO ALVES MORENO JUNIOR Matricula: 67.006 |

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Garantia Contratual: Justifica-se a dispensa da exigência de garantia contratual (art. 96 da Lei 14.133/2021), considerando o baixo risco da contratação de bens comuns com entrega imediata, sendo as sanções editalícias suficientes para garantir a execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Fornecer os materiais de acordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

10.2 Garantir que todos os materiais sejam novos, de primeiro uso, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

10.3 Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos, substituindo, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou não conformidades.

10.4 Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

10.5 Manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação exigidas na licitação.

10.6 Atender prontamente às solicitações e notificações da Administração, adotando as medidas corretivas necessárias no prazo estabelecido.

10.7 Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do Contrato.

11.2 Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara e tempestiva.

11.3 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, comunicando à contratadas quaisquer irregularidades verificadas.

11.4 Efetuar o pagamento nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

12.1 O prazo máximo de entrega será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

12.2 **Justificativa do Prazo:** A redução do prazo de entrega para 5 (cinco) dias úteis justifica-se pela natureza crítica do objeto, destinado à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte (Carnaval 2026). A celeridade é indispensável para:

12.2.1.Segurança Pública: Garantir que a montagem das estruturas ocorra dentro do cronograma rigoroso, evitando instalações apressadas que possam gerar riscos de curtos-circuitos ou incêndios.

12.2.2.Pico de Demanda: Atender ao pico de carga exigido por palcos, iluminação e som, que a rede urbana convencional não suporta sem os materiais específicos.

12.2.3.Fiscalização e Alvarás: Viabilizar a vistoria tempestiva do Corpo de Bombeiros e do CREA, cujas autorizações dependem da conclusão da infraestrutura elétrica.

12.2.4.Natureza do Evento: O caráter efêmero e o cronograma fixo do Carnaval tornam o atraso na entrega um risco de dano irreparável ao interesse público e à continuidade do serviço.

12.3. Considerando que o objeto se destina à infraestrutura elétrica temporária de evento público de grande porte, os prazos de entrega possuem caráter essencial, sendo vedados atrasos que comprometam o cronograma de montagem e execução do evento.

12.3.1 A contratada deverá priorizar integralmente o atendimento das Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, assegurando a entrega dos materiais com antecedência suficiente à data de início do evento, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria requisitante.

12.3.2. O atraso injustificado na entrega dos materiais será considerado descumprimento contratual relevante, sujeitando a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

12.4. Local de entrega: Município de Barreiras/BA, em local indicado pela Secretaria requisitante.

12.5. Recebimento Provisório: até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, para conferência quantitativa.

12.6. Recebimento Definitivo: até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica.

12.7. A aceitação dos materiais fornecidos ficará condicionada à verificação cumulativa dos seguintes critérios objetivos:

12.7.1.Conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos;

12.7.2.Apresentação dos certificados, laudos ou declarações de conformidade exigidos, quando aplicável;

12.7.3.Integridade física dos materiais, vedado o recebimento de itens danificados, violados, amassados, sem lacre ou com sinais de uso;

12.7.4.Compatibilidade entre os quantitativos entregues e os constantes na Ordem de Fornecimento;

12.7.5.Identificação adequada dos materiais, conforme exigido neste Termo de Referência.

12.8.O não atendimento a qualquer dos critérios acima implicará a rejeição total ou parcial dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

12.9. Todos os materiais fornecidos deverão atender integralmente às Normas Técnicas Brasileiras – NBR aplicáveis, em especial a NBR 5410 (Instalações Elétricas de Baixa Tensão) e a NBR 13570 (Instalações Elétricas em Locais de Afluência de Público), bem como possuir certificação do INMETRO, quando exigida, sob pena de rejeição no recebimento.

12.10. A contratada deverá apresentar, no ato do fornecimento ou quando solicitado pela fiscalização, certificados de conformidade, laudos técnicos, relatórios de ensaio ou declarações do fabricante que comprovem o atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis aos materiais fornecidos.

12.11. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de reutilização, recondicionamento ou remanufatura.

12.12. Os materiais deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo.

12.13. Os materiais deverão ser entregues devidamente identificados, contendo marca do fabricante, modelo, especificação técnica, lote e data de fabricação, acondicionados em embalagens originais, lacradas e íntegras.

12.14. A contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto, por meio de atestado (s) de capacidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.15. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.

12.16. A contratada deverá possuir capacidade logística para realizar a entrega integral dos materiais no prazo estabelecido, arcando com todos os custos diretos e indiretos relacionados ao transporte, seguros e demais encargos.

12.17. Materiais entregues em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou sem a certificação exigida deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

12.18. A contratada será integralmente responsável por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público e privado, decorrentes do fornecimento de materiais em desconformidade técnica, com defeitos de fabricação ou que não atendam às normas de segurança aplicáveis.

12.19. Eventuais falhas, defeitos ou não conformidades nos materiais fornecidos que venham a comprometer a segurança da infraestrutura elétrica temporária do evento ou a integridade física de usuários, trabalhadores e do público em geral serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

12.20. A responsabilização prevista neste item independe da fiscalização exercida pela Administração e não exclui a aplicação das sanções administrativas, civis e legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Aplicam-se à contratada as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2 O descumprimento total ou parcial das I assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, aplicadas da seguinte forma:

15.2.1. Multa Moratória: Em caso de atraso injustificado na entrega dos materiais, será aplicada multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor do item inadimplente, limitada a 10% (dez por cento). Após o 20º dia de atraso, a Administração poderá considerar a inexecução total ou parcial.

15.2.2. Multa Compensatória por Inexecução Parcial: No caso de entrega parcial ou em desacordo com as especificações, multa de **10% a 15%** sobre a parcela não executada.

15.2.3. Multa Compensatória por Inexecução Total: No caso de desistência da entrega ou rescisão por culpa da contratada, multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total da Ata/Empenho.

15.2.4. Multa por Desconformidade Técnica: Pelo fornecimento de materiais sem selo INMETRO ou em desacordo com as normas **NBR 5410/13570**, multa de **1% a 5%** do valor do contrato por ocorrência, sem prejuízo da substituição imediata do material.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RECURSOS

16.1 A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

17.1 O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Da Dotação Orçamentária: Por tratar-se de uma licitação para Registro de Preços, a **indicação da dotação orçamentária é dispensada neste momento**, em estrita observância à jurisprudência dos Tribunais de Contas e ao regime do SRP. A reserva de dotação e a indicação dos respectivos recursos orçamentários ocorrerão **somente por ocasião da efetiva contratação** (emissão da Nota de Empenho), momento em que o crédito orçamentário será devidamente onerado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barreiras/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Barreiras/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)